Estratégia Concursos

Aula 00

Geopolítica Brasileira p/ PRF (Policial)

2021 - Pré-Edital (Preparação de A a Z)

Autor:

Leandro Signori, Matheus Signori

(Equipe Leandro Signori)

11 de Janeiro de 2021

Sumário

O Brasil político: nação e território. Organização do Estado brasileiro. 5

1 – Palavras iniciais 5

2 - Introdução 6

3 - A formação político-territorial do Brasil 7

3.1 O Império e a constituição das províncias 12

3.2 A República e a atual configuração político-administrativa 13

4 - As bases econômicas da ocupação do território 17

5 - Fronteiras 26

6 - Brasil: organização federativa e sistema de governo 34

7 - A divisão regional 35

Questões Comentadas 39

Lista de Questões 59

Gabarito 70

Resumo 71

APRESENTAÇÃO DO CURSO

Caro aluno,

É com imenso prazer que nos encontramos no **ESTRATÉGIA CONCURSOS** para esta jornada em busca de um excelente resultado nas disciplinas de **GEOPOLÍTICA BRASILEIRA** e **HISTÓRIA DA PRF** para o concurso da **POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL** – cargo de **POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL**.

Sou o **Professor Leandro Signori**, gaúcho de Lajeado. Ingressei no serviço público com 21 anos e já trabalhei nas três esferas da administração pública – municipal, estadual e federal –, o que tem sido de grande valia para a minha formação profissional – servidor e docente. Nas Prefeituras de Porto Alegre e de São Leopoldo desenvolvi minhas atividades nas respectivas secretarias municipais de meio ambiente; na administração estadual, fui servidor da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), estatal do governo do Rio Grande do Sul.

Fui também, durante muitos anos, servidor público federal, como geógrafo, no Ministério da Integração Nacional, onde trabalhei com planejamento e desenvolvimento territorial e regional.

Graduei-me em **Geografia – Licenciatura** pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e **Bacharelado** pelo UniCEUB, em Brasília. A oportunidade de exercer a docência e poder alcançar o conhecimento necessário para a aprovação dos meus alunos me inspira diariamente e me traz grande satisfação. Como professor em cursos preparatórios *on-line* e presencial ministro as disciplinas de Atualidades, Conhecimentos Gerais, Realidade Brasileira e Geografia.

Feita a minha apresentação, agora vamos falar do nosso curso, que será de teoria e exercícios, no qual vamos contemplar os seguintes conteúdos listados no edital do concurso público anterior:

GEOPOLÍTICA BRASILEIRA: 1 O Brasil político: nação e território. 1.1 Organização do Estado Brasileiro. 1.2 A divisão inter-regional do trabalho e da produção no Brasil. 1.3 A estrutura urbana brasileira e as grandes metrópoles. 2 Distribuição espacial da população no Brasil e movimentos migratórios internos. 3 A evolução da estrutura fundiária e problemas demográficos no campo. 4 Integração entre indústria e estrutura urbana, rede de transportes e setor agrícola no Brasil. 5 Geografia e gestão ambiental. 5.1 Macrodivisão natural do espaço brasileiro: biomas, domínios e ecossistemas. 5.2 Política e gestão ambiental no Brasil. 6 O Brasil e a questão cultural. 7 A integração do Brasil ao processo de internacionalização da economia. 8 O século XX: urbanização da sociedade e cultura de massas.

HISTÓRIA DA PRF (disponível no endereço https://www.prf.gov.br/agencia/policia-rodoviaria-federalhistoria-em-detalhes/): 1 Polícia Rodoviária Federal: história em detalhes. 2 Grandes eventos esportivos. 3 Atualidade. 4 Tecnologia. 5 Trânsito. 6 Capacitação. 7 Ação especializada. 8 Áreas especializadas.

Ao todo serão nove aulas, incluindo esta aula demonstrativa, cuja estrutura é a seguinte:

Aula	Conteúdo Programático
00	1 O Brasil político: nação e território. 1.1 Organização do Estado Brasileiro.
01	5 Geografia e gestão ambiental. 5.1 Macrodivisão natural do espaço brasileiro: biomas, domínios e ecossistemas.
02	5.2 Política e gestão ambiental no Brasil.
03	1.3 A estrutura urbana brasileira e as grandes metrópoles.
04	1.2 A divisão inter-regional do trabalho e da produção no Brasil.
05	3 A evolução da estrutura fundiária e problemas demográficos no campo. 4 Integração entre indústria e estrutura urbana, rede de transportes e setor agrícola no Brasil.
06	2 Distribuição espacial da população no Brasil e movimentos migratórios internos.
07	6 O Brasil e a questão cultural. 7 A integração do Brasil ao processo de internacionalização da economia. 8 O século XX: urbanização da sociedade e cultura de massas
08	História da PRF

As nossas disciplinas estrearam no concurso anterior, cujo edital foi publicado em 27/11/2018 e a prova foi aplicada em 03/02/2019. Foram quatro questões de Geopolítica Brasileira e duas questões de História da PRF.

Tudo o que foi cobrado na prova estava no nosso curso. Fiquei muito feliz com o desempenho dos nossos alunos. Recebi dezenas de mensagens deles informando que gabaritaram as nossas disciplinas.

Neste curso, vamos repetir o mesmo padrão do curso anterior, amplo, abrangente e contemplando de forma suficiente todos os conteúdos constantes do edital. Treino difícil, combate fácil!

Quando necessário, vou ampliar a abordagem dos conteúdos listados no edital. Isso para que você tenha plena compreensão dos fenômenos geográficos que serão estudados. É um algo a mais que vai ajudá-lo na hora de resolver as questões da prova.

Sempre que necessário, utilizaremos questões de outras bancas, não somente da banca do seu concurso. Faremos isso para tópicos da nossa disciplina que são pouco cobrados em concursos pela banca do nosso certame. Quando ocorrer, vamos avisar. É até uma forma de selecionar e priorizar os estudos para o que mais é cobrado em relação aos diferentes conteúdos.

No entanto, se você não concordar, está livre para resolver somente questões da banca do nosso concurso. É uma escolha de cada aluno. É só escolher as que quer resolver e as que não quer resolver.

De minha parte, recomendo que resolva todas, pois foram criteriosamente selecionadas e são úteis para o seu estudo. Se não fossem, não estariam no nosso curso.

Sem mais delongas, vamos aos estudos, porque o nosso objetivo é que você tenha um excelente desempenho nas nossas disciplinas.

Para isso, além de estudar, você não pode ficar com nenhuma dúvida. Portanto, não as deixe para depois. Surgindo a dúvida, não hesite em contatar-me no nosso Fórum.

Estou aqui neste curso, muito motivado, caminhando junto com você, procurando passar o melhor conhecimento para a sua aprendizagem e sempre à disposição no Fórum de Dúvidas.

Quem quiser também pode me seguir nas minhas redes sociais: **Instagram**: **profleandrosignori**, **Facebook: Leandro Signori Atualidades** e **YouTube: Leandro Signori**. Nelas, divulgo gabaritos extraoficiais de provas, publico artigos, compartilho notícias e informações importantes do mundo atual.

Ótimos estudos e fique com Deus!

Forte Abraço,

Professor Leandro Signori

“Tudo posso naquele que me fortalece.”

(Filipenses 4:13)

O Brasil político: nação e território. Organização do Estado brasileiro.

1 – Palavras iniciais

Geopolítica brasileira é a denominação constante no edital para um conjunto de conhecimentos que estão sendo cobrados no concurso da PRF. Os mesmos conteúdos foram cobrados no último concurso da Abin, em 2018, sob a denominação de Ciências Humanas. São conteúdos tradicionais da geografia que são cobrados em alguns concursos públicos organizados pelo Cebraspe.

A geografia é a ciência que explica as diversas combinações entre os fenômenos físicos e humanos que ocorrem na superfície da Terra. O seu objeto de estudo é o espaço geográfico, ou seja, o meio natural e as suas transformações por meio da interação humana. A geografia humana é um dos ramos da geografia e uma das suas disciplinas é a geografia política, que busca compreender as relações de poder no espaço geográfico.

A geopolítica visualiza e estuda o espaço do ponto de vista do Estado. Ela não se caracteriza como ciência, e sim como uma estratégia política a serviço do Estado. Contudo, por meio da geopolítica pode-se compreender as relações políticas, assim como econômicas, que imperam no mundo, como guerras, conflitos, integração de blocos econômicos, por fim, toda forma de re-arrumação do espaço geográfico.

Você deve estar se perguntando por que diachos estou lhe dizendo isso ou talvez eu tenha dado um nó na sua cabeça.

- Calma! A ideia aqui não é complicar nada, tampouco estudar a geopolítica, pois o termo não está listado entre os conhecimentos a serem estudados, só aparece no título e mais nada. Ocorre que a palavra geopolítica, de uma certa forma, tornou-se moda! Hoje ela é usada para se referir a qualquer discussão política e econômica a nível internacional. E algumas escolas chegaram a incluí-la nos seus currículos para discutir os temas da “atualidade.”

Talvez por isso que o examinador a incluiu no título de um rol de conhecimentos geográficos. Claro, não vamos nos descuidar, os conteúdos serão ministrados tendo o cuidado em interagir com temas que possam se relacionar com a geografia política e a geopolítica.

Era isto que queria lhes dizer. Agora que já está explicado, vamos falar desta Aula 00, na qual vamos estudar os tópicos 1. O Brasil político: nação e território e 1.1 Organização do Estado Brasileiro. Para isso vamos fazer uma contextualização sobre a formação territorial do Brasil, sobre as bases econômicas da ocupação do território, as fronteiras, a organização federativa e o sistema de governo e a divisão regional atual e passada.

Para estudarmos o Brasil atual, convém estudarmos como se formou o território brasileiro. Os assuntos desta aula aparecem em alguns editais do Cebraspe, mas são pouquíssimos cobrados em concurso público, quase não temos questões sobre eles. Eis aí assuntos que até o momento figuram mais em editais, do que propriamente nas questões de prova.

2 - Introdução

Vamos começar o nosso estudo entendendo o que é nação, território e Estado. Não creio que estes conceitos venham a ser cobrados no nosso concurso, mas eles são importantes para estudarmos a formação territorial do Brasil.

A **nação** é um termo utilizado para se referir a um grupo de pessoas ou habitantes que compartilha de uma mesma origem étnica, de um mesmo idioma e de costumes relativamente homogêneos, ou seja, semelhantes entre os seus pares. Além de apresentar todos esses aspectos, uma nação para ser considerada como tal precisa agregar um sentimento de pertença ao todo desse grupo, ou seja, é preciso haver uma vontade por parte dos indivíduos em formarem uma nação.

Para sustentar o andamento de uma nação, sob o ponto de vista cultural, os cidadãos adotam os mesmos costumes, os mesmos padrões morais que regem o que é certo e o que é errado, uma mesma religião e os mesmos hábitos sociais. Além disso, há sempre uma busca por uma coesão espacial ou geográfica, ou seja, uma constante procura para que os indivíduos de uma mesma nação se mantenham sempre próximos e unidos em um mesmo local.

Para garantir essa união, as diferentes nações buscam consolidar os seus **territórios** a fim de assegurar a sua posse e a sua soberania. Mas o que é território?

O **território** é um espaço delimitado e apropriado por relações de poder. A palavra "**Estado**" significa "estar firme" para dominar uma sociedade política e territorialmente organizada. No sentido político, é uma instituição social e politicamente organizada que exerce soberania sobre um território, delimitado por fronteiras com limites precisos e protegido pelas Forças Armadas, tem uma administração burocrática e é organizado em esferas de poder.

O Brasil possui todos estes elementos, um povo, um território e se constitui em um Estado.

Na sua atual configuração política, o Brasil é uma República Federativa composta por 26 **estados**, mais o **Distrito Federal,** e por 5.570 **municípios**. Seu sistema federativo foi adotado a partir de 1889, com a Proclamação da República, que transformou as províncias em estados.

O país possui 8.515.767 km², sendo o maior Estado da América Latina e o quinto maior do mundo em área territorial.

No entanto, nem sempre foi assim, **a nossa atual configuração política e territorial foi historicamente construída ao longo dos séculos e seu início data dos primórdios da ocupação da América pelas nações ibéricas.**

A seguir, vamos ver o processo histórico que levou ao Brasil atual, do ponto de vista territorial e político.

3 - A formação político-territorial do Brasil

Portugal e Espanha assinaram, em 1494, o **Tratado de Tordesilhas,** determinando que as terras localizadas 370 léguas a Oeste de Cabo Verde pertenceriam à Espanha e ao leste, a Portugal. Por esse tratado, verificamos que parte das terras do Brasil atual, mesmo antes de serem descobertas, já estavam destinadas a Portugal.

Ou seja, antes mesmo de portugueses e espanhóis aportarem no continente americano, eles já deram início à configuração do espaço territorial das Américas.

Tratado de Tordesilhas



No ano de 1500, os portugueses aportaram no Brasil. Desse ano até 1530, as novas terras ficaram praticamente abandonadas. No entanto, a partir dessa data, Portugal mudou a sua política no que se refere ao Brasil devido aos seguintes fatores:

- Muito embora os lucros do comércio do Oriente ainda continuassem elevados, Portugal passou a sofrer a concorrência de outros países. O Brasil representou, então, uma alternativa de lucro para a Coroa e a burguesia lusa.

- A pressão estrangeira sobre o litoral do Brasil foi intensificada. A Coroa constatou que as expedições guarda-costas eram insuficientes para proteger a nova conquista.

- A ambição pelo ouro aumentou quando os espanhóis conquistaram o Peru (Império Inca) e passaram a explorar as riquezas da região.

- Povoar também era uma forma de valorizar as terras da colônia.

O governo português alimentava esperanças de que houvesse ouro no Brasil. Em face desses fatores, Portugal decidiu colonizar o Brasil, ou seja, transformar o Brasil em uma colônia. Para tanto, foi organizada a primeira expedição colonizadora sob o comando de Martim Afonso de Souza, que deixou Portugal em dezembro de 1531.

As principais ações da expedição de Martim Afonso de Souza foram: combate a contrabandistas de pau-brasil no Nordeste; exploração do território e suas potencialidades econômicas, sobretudo no que se refere à agricultura; fundação da primeira vila do Brasil (São Vicente-SP) em 1532; construção do primeiro engenho de açúcar e exploração do interior.

Martim Afonso distribuiu as primeiras sesmarias aos colonos portugueses. Os sesmeiros eram homens da pequena nobreza, militares ou navegantes, que recebiam as suas glebas como recompensa por serviços prestados à Coroa. Ao tomarem posse das terras, ficavam obrigados apenas a fazê-las produzir em alguns anos (em geral cinco) e pagar o dízimo à Ordem de Cristo.

Na América Portuguesa, as sesmarias eram imensas e seu cultivo demandava o controle sobre um número significativo de escravos. Assim, as sesmarias foram o embrião do latifúndio canavieiro, algodoeiro e pecuarista e, mais tarde, das fazendas de café e cacau. O modelo monocultor, escravista e exportador da agricultura colonial da América Portuguesa começava a tomar forma.

Colonizar o Brasil implicava gastos elevados para a Coroa portuguesa. Para implementar a colonização, o rei D. João III decidiu recorrer ao capital privado. Então, em 1534, foi criado o sistema de **capitanias hereditárias**. Elas representaram a **primeira divisão político-administrativa do território colonial**. Todo o Brasil português foi dividido em quinze capitanias com fachada litorânea desigual, medindo entre 10 e 100 léguas. A partir do litoral, linhas paralelas delimitavam a área das capitanias.

As capitanias foram concedidas para cidadãos portugueses, intitulados **capitães donatários**. Na sua maioria, eram provenientes da baixa nobreza. Responsáveis economicamente pela empresa colonizatória, tinham como dever o exercício da função administrativa da capitania, uma vez que eram os representantes do poder real naquele território. Além disso, deviam proteger militarmente as terras sob sua jurisdição, provendo-as de armas e fortificações.

Em contrapartida, recebiam rendas e privilégios destinados aos capitães que governavam as capitanias das demais colônias portuguesas. Também recebiam uma pensão dos tabeliães e tinham direito de monopólio sobre moinhos, fornos, engenhos e passagens fluviais. Acrescentava-se a tudo isso o direito de conceder sesmarias em suas capitanias.



O sistema de capitanias organizou o território colonial em unidades autônomas e desarticuladas entre si. Configurou uma **opção pela descentralização político-administrativa.** Entretanto, os donatários se revelaram incapazes de arcarem com os níveis de investimentos necessários e com as exigências postas pela defesa contra as incursões francesas. Ao mesmo tempo, a retração dos lucros portugueses no comércio de especiarias do Oriente e a descoberta das minas de ouro de Potosi na América espanhola, em 1545, estimularam a Coroa portuguesa a envolver-se diretamente no empreendimento colonial.

Em 1548, numa tentativa de reforçar sua presença e coordenar os esforços dos capitães donatários, a Coroa instituiu o **Governo-Geral** instalado em 1549 na recém-fundada cidade de Salvador (Bahia). Começava a nascer um aparelho de Estado subordinado à monarquia lusa. **Salvador** tornou-se a primeira capital do Brasil, condição que perderia para o **Rio de Janeiro** apenas em 1763.

Ao longo do século XVI, o litoral brasileiro foi sendo povoado. Nesse mesmo século, houve algumas penetrações esparsas para o interior do Brasil, sem, contudo, fixar o homem ao solo. No período de 1580 a 1640, Portugal esteve sob domínio espanhol, ficando conhecido como a União Ibérica, necessitando de recursos para bancar as diversas guerras em que estavam envolvidos (contra a Inglaterra, a Holanda e os Principados Alemães). A Coroa espanhola estimulou a realização das **entradas** e **bandeiras** no Brasil, na tentativa de encontrar ouro em nosso território.



Entradas, Bandeiras e Descidas

As **Entradas** eram organizadas pelo governo, com financiamento público. Geralmente procuravam respeitar os limites de Tordesilhas. A maioria das expedições realizadas partiam da capital do Brasil, na época, Salvador, na Bahia, ou até mesmo de Pernambuco. Visavam primeiramente à prospecção do território e de metais preciosos.

As **Bandeiras** eram expedições particulares e não respeitavam os limites de Tordesilhas. Em geral, começavam a partir da Vila de São Paulo de Piratininga, na Capitania de São Vicente (hoje São Paulo). Visavam primeiramente à prospecção do território e de metais preciosos. Também se dedicavam ao apresamento de índios para escravização e a capturar escravos fugidos e destruir quilombos.

Ainda tínhamos as **Descidas**, que eram expedições realizadas pelos jesuítas ao interior do Brasil. Tinham como objetivo convencer os indígenas dessa região a migrarem para regiões próximas das suas missões ou reduções visando facilitar o trabalho de catequização. As principais missões jesuíticas ficavam no norte e no sul do país.

Como Portugal e Espanha estavam sob o mesmo reinado, a linha de Tordesilhas perdeu o seu sentido, embora o tratado não tenha sido revogado. Os bandeirantes avançaram para muito além da linha, e o Brasil triplicou de tamanho. A expansão da pecuária e as missões jesuíticas foram fatores que contribuíram para essa expansão.

O contínuo avanço português para além da linha de Tordesilhas fez com que Portugal e Espanha assinassem um novo tratado de fronteiras, o **Tratado de Madri**, em 1750. Os dois países aceitaram o princípio do ***uti possidetis***, segundo o qual cada nação conservaria as terras que já tivessem efetivamente ocupado.

Segundo o acordado, Portugal entregaria à Espanha a Colônia do Santíssimo Sacramento e, em troca, receberia a região ocupada pelos Sete Povos das Missões, no atual Rio Grande do Sul. Porém, esse acordo não foi cumprido e acabou sendo anulado pelo Tratado do Pardo, em 1761.

Embora o Tratado de Madri não tenha sido cumprido, seus princípios serviram de base para o novo acordo de limites feito em 1777, na cidade de Santo Ildefonso. Neste último tratado, os portugueses perderam definitivamente a Colônia do Santíssimo Sacramento, mas não foram compensados com a região dos Sete Povos das Missões.

Porém, em 1801, um novo conflito foi deflagrado, trazendo para os domínios portugueses a região dos Sete Povos das Missões, que foi definitivamente incorporada ao território do Rio Grande do Sul pelo Tratado de Badajós.



Outra **mudança importante para a configuração territorial do Brasil** foi a **transferência**, em 1763, de sua **capital da cidade de Salvador para a cidade do Rio de Janeiro**. Isso ocorreu no mesmo ano em que o Brasil foi elevado à categoria de Vice-Reinado.

Até o século XVIII, as unidades administrativas existentes na América portuguesa se dividiam em capitanias reais (da Coroa portuguesa) e hereditárias (donatárias), que eram as capitanias sob jurisdição de particulares. Já no século XVI, inicia-se o processo de retorno das capitanias hereditárias para a Coroa, devido ao fracasso da tentativa de colonização por parte de alguns capitães-donatários. Durante o **século XVIII,** por meio de compra ou de confisco ao donatário, **todas as capitanias hereditárias retornaram à propriedade do Reino de Portugal.**

Em 1759, foram organizadas as Capitanias da Coroa, governadas por funcionários nomeados pelo rei e divididas em principais (ou gerais) e subordinadas. Os governadores das primeiras, denominados de capitães gerais, tinham sob a sua jurisdição os governadores das segundas.

Assim, estruturam-se nove blocos regionais de capitanias, sob a autoridade de capitães gerais responsáveis junto à Coroa. No desenho das colônias do Vice-Reino do Brasil, um único bloco territorial não apresenta continuidade geográfica: as capitanias de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro, localizadas em áreas disputadas com a Espanha, subordinavam-se diretamente ao Governo Geral, no Rio de Janeiro.



Fonte: Conexões – Estudos de Geografia do Brasil

3.1 O Império e a constituição das províncias

Com a declaração da Independência do Brasil, em 1822, as antigas capitanias reais foram transformadas em **províncias do Império do Brasil**.

Quando do seu nascimento, o Império do Brasil contava com 18 províncias: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Durante todo o período Imperial, a divisão administrativa do Brasil mudou apenas com a criação da Província do Amazonas, em 1850,

desmembrada da Província do Pará e também com a elevação da Comarca de Curitiba à Província Independente, em 1853, com o nome de Província do Paraná.



3.2 A República e a atual configuração político-administrativa

Em 1889, com a Proclamação da República, as antigas províncias brasileiras passaram à categoria de estados, mantendo as mesmas fronteiras.

Juntamente com a **República** é introduzido o **federalismo no Brasil**. O Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889, previa que as províncias do Brasil estariam reunidas pelo laço da federação, constituídas em Estados Unidos do Brasil, conforme o mapa abaixo:



A federação brasileira nasceu com 20 estados mais o Distrito Federal. Desde o ano de 1834, a cidade do Rio de Janeiro havia sido desligada da província de mesmo nome e passado a abrigar a Corte, sob a forma de município neutro. A administração da província passou a ser sediada na cidade de Niterói. **Com a Proclamação da República, o município neutro foi transformado na pessoa jurídica do Distrito Federal, capital do Brasil.**

Em 1956, o então presidente da República, Juscelino Kubitschek, deu início à construção de uma nova sede para o Distrito Federal. Em 1960, fruto de antigas reivindicações, a sede do governo brasileiro foi transferida para a região Centro-Oeste do País, onde foi construída a cidade de Brasília.

Porém, para que o Brasil tivesse a conformação territorial que é conhecida atualmente, algumas mudanças ocorreram no decorrer do século XX. Uma delas foi a anexação do território do atual Estado do Acre ao Brasil, em 1903, por meio do Tratado de Petrópolis. Inicialmente incorporada ao território nacional como uma unidade político-administrativa sem autonomia e gerida diretamente pelo poder central, foi transformada em estado federado no ano de 1962.

Surgido em 1903, a figura jurídica do território federal não estava prevista na primeira Constituição do Brasil republicano, datada de 1891. A sua existência foi admitida a partir da Constituição de 1934, que também

previa a transformação dos territórios federais em unidades da Federação. Já a Constituição de 1937 foi além ao permitir que a União criasse novos territórios federais a partir do desmembramento dos estados "no interesse da defesa nacional".

Na década de 1940, no contexto da Segunda Guerra Mundial e com a necessidade crescente de exploração da borracha na Amazônia, o então presidente da república Getúlio Vargas criou seis territórios federais: **Guaporé, Amapá, Ponta Porã, Iguaçu** e **Rio Branco** e **Fernando de Noronha.** A criação dos territórios federais foi justificada pela necessidade da segurança das fronteiras, localizadas em regiões remotas, onde o poder público estadual encontrava dificuldades em administrar.

Os territórios não tinham assembleias legislativas nem representação no Senado, e seus governadores eram nomeados pelo governo federal.

Veja o mapa dos territórios federais, em 1945:



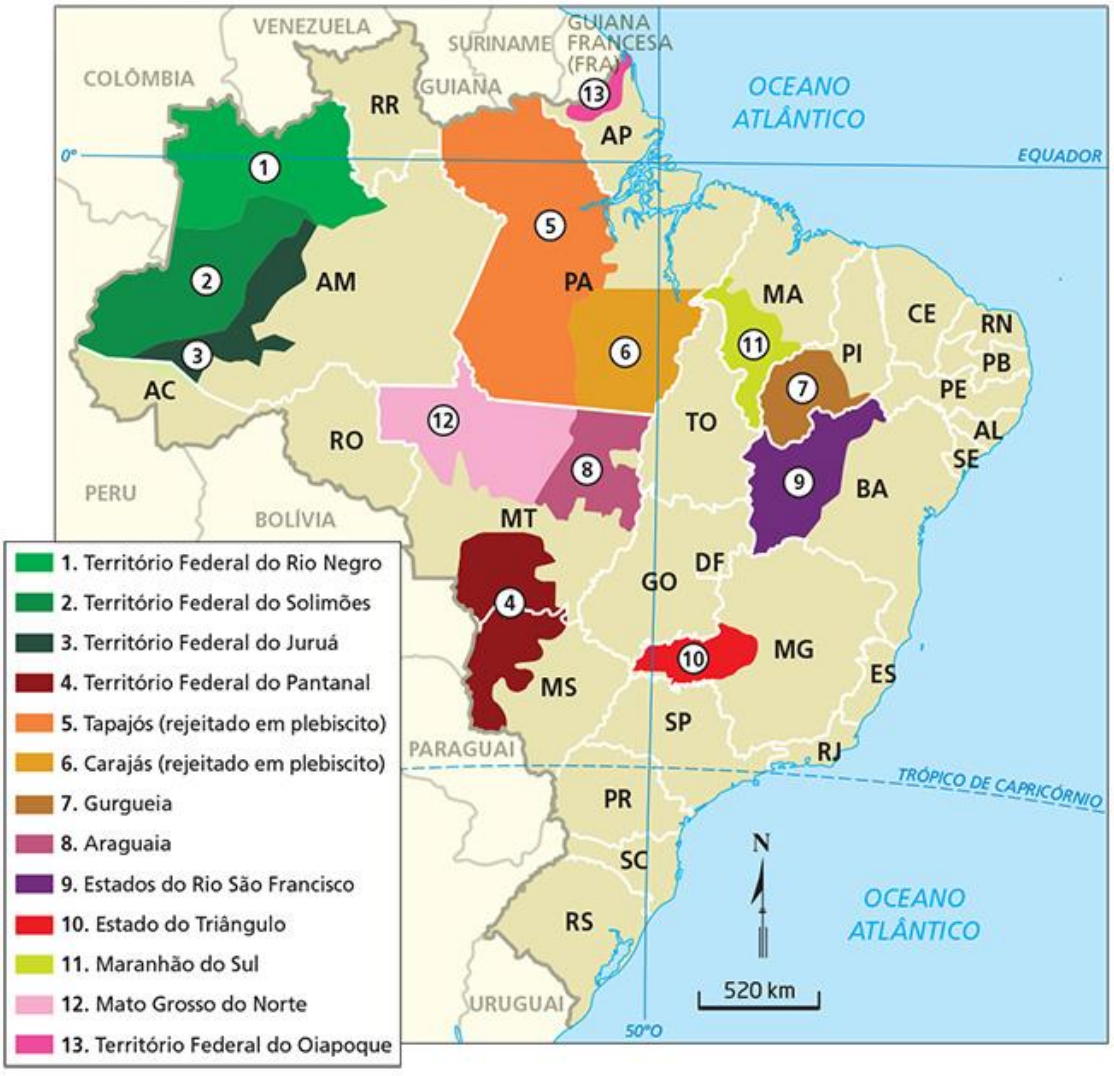
Fonte: Conexões – Estudos de Geografia Geral e do Brasil

Os territórios de Ponta Porã e Iguaçu foram extintos pouco tempo depois, em 1946. O território do **Guaporé** transformou-se no Estado de **Rondônia**, em 1981, ano em que o Congresso Nacional aprovou projeto de lei do Poder Executivo, pelo qual o território foi elevado a estado da União.

A Constituição Federal de 1988 transformou os territórios federais do **Amapá** em **Estado do Amapá** e o de **Rio Branco** em **Estado de Roraima**. O território de **Fernando de Noronha foi anexado a Pernambuco**. Porém, a Constituição manteve a possibilidade de, futuramente, serem criados novos territórios federais.

O Brasil central conheceu dois desmembramentos de estados. A criação de **Mato Grosso do Sul**, em 1977, resultou da bipartição do Mato Grosso. **Tocantins** nasceu, em 1988, pela bipartição de Goiás. A República Federativa do Brasil passou a ser formada por 26 estados e o Distrito Federal.

Pode-se afirmar, assim, que a promulgação da Carta Constitucional de 1988 constitui-se no instrumento legal que promoveu a mudança mais recente e que dá suporte à atual configuração do mapa político do Brasil em nível estadual. Novas propostas de alteração da divisão política estadual continuam, contudo, a serem feitas e analisadas no âmbito do Congresso Nacional no momento atual. Veja-as no mapa a seguir:



Fonte: Conexões – Estudos de Geografia Geral e do Brasil

No mapa não consta uma proposta mais recente que é a da criação do Estado do Entorno, na região do Entorno do Distrito Federal, que seria formado por 18 municípios goianos.

Vejamos no mapa a seguir, a divisão atual do Brasil em estados e Distrito Federal.



4 - As bases econômicas da ocupação do território

Celso Furtado nos diz que a história econômica do Brasil consistiu em uma série de **ciclos econômicos**, uma sucessão de grandes produções que formaram sucessivamente o essencial das suas exportações: **açúcar nos séculos XVI** e **XVII, ouro** no **fim do século XVII** e **no início do século XVIII**, **café** nos **séculos XIX** e **XX** e **borracha** no **início do século XX**.

Deve-se a essa sucessão de especulações a formação do arquipélago brasileiro, porque cada uma delas afetou uma região diferente do país: açúcar, o Nordeste; o ouro, Minas Gerais; o café, o Sudeste; a borracha, a Amazônia. Cada uma imprimiu sua marca, permitindo o povoamento de regiões até então quase vazias, dando um estilo às relações sociais e à organização do espaço dessas regiões.

As consequências da formação por ciclos não terminam nessa heterogeneidade, mas implicam determinado funcionamento do conjunto do território nacional. O Brasil independente permaneceu, ao longo de todo o século XlX e na primeira metade século XX, como uma coleção de células agroexportadoras justapostas, um mosaico de regiões quase autônomas formadas no auge desses ciclos.

Cada célula centrada na produção de um tipo de exportação, drenado por uma rede de vias de transporte para um porto marítimo, era, por sua vez, constituída de células produtivas menores, formadas por grandes fazendas ou plantações. Pode-se falar literalmente de um **arquipélago brasileiro**, pois essas células comunicavam-se apenas por cabotagem, ao longo do litoral. O fato foi provado quando o Brasil ficou ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial: alguns submarinos alemães foram suficientes para cortar qualquer relação entre Rio de Janeiro e Salvador e, por conseguinte, entre o norte e o sul do País, já que não existia nenhuma rota interna, à exceção da precária via navegável do São Francisco.

A história da formação do território não se reduz, no entanto, a esses ciclos. Entendê-la pressupõe levar igualmente em conta diversos outros fatores, como o dinamismo dos bandeirantes, os esforços dos missionários, a paciente expansão dos pecuaristas e a tenaz vontade política e administrativa da Coroa portuguesa.

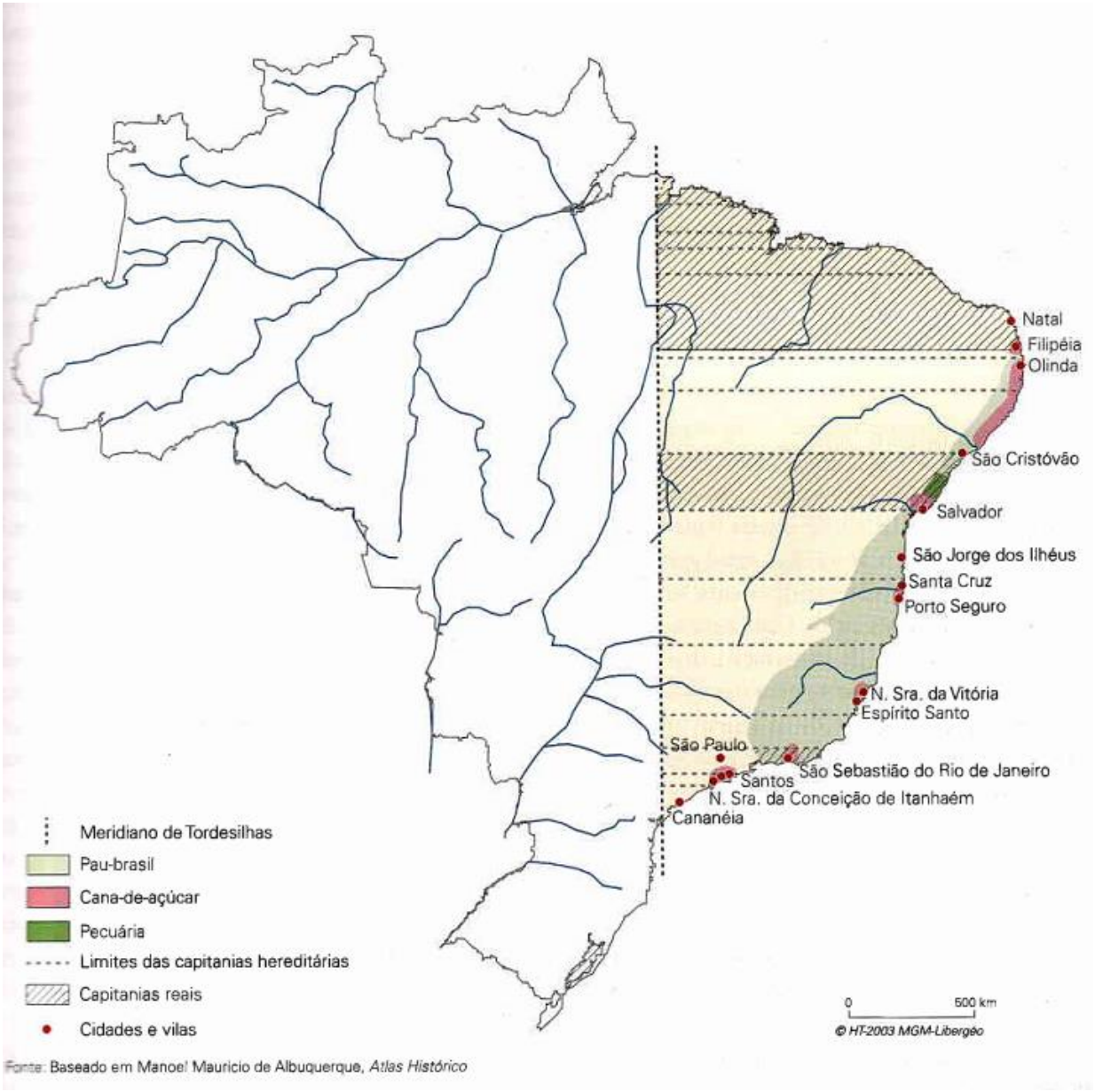
Os séculos XVI e XVII

O primeiro ciclo econômico do País foi o da produção de açúcar. Originária da Índia, a **cana de açúcar** foi aclimatada pelos portugueses, principalmente em suas ilhas do Atlântico. O clima e os solos do Nordeste se revelaram ótimos, e os portugueses encontraram, assim, o grande produto de exportação que justificava e permitia uma sólida ocupação. Controlando a rota da Índia, poderiam aproveitar a intensa demanda europeia, produzindo eles mesmos esse produto, até então raro e caro, leve e facilmente estocável. De fato, o Brasil tornou-se, na primeira metade do século XVII, o primeiro produtor mundial de açúcar.

As consequências dessa expansão e dessa especialização foram, no Brasil, de várias ordens. Primeiro, para cultivar a cana foi necessário importar **escravos africanos**: os primeiros chegaram em 1532, e o tráfico durou três séculos, até que, a partir de 1842, a Grã-Bretanha fez respeitar, pela força, sua proibição. Partindo do Golfo da Guiné, inicialmente, e de Angola e Moçambique, em seguida, milhões de africanos foram deslocados para trabalharem nas plantações do Brasil.

Em outra escala, o ciclo do açúcar gerou ciclos secundários, ou induzidos, que marcaram outros espaços. Para pagar os escravos, os colonos portugueses instalados no Brasil tinham necessidade de uma mercadoria de troca. Não ocorreu, nesse caso, a modalidade clássica do "comércio triangular" com produtos da metrópole, mas troca direta, com pagamento em fumo: o Recôncavo Baiano, região próxima de Salvador, foi especializado nessa produção. Era necessário também produzir o alimento para os escravos - na região do açúcar ninguém queria perder tempo nem espaço para uma produção tão vulgar - e criar os bois para impulsionar os moinhos que esmagavam a cana.

A economia e o território no século XVI



Fonte: Atlas do Brasil (2ª edição)

Essas necessidades provocaram a criação de zonas especializadas: as culturas alimentares no agreste (a zona de transição para o interior seco) e a criação extensiva no sertão. Nessa vasta zona semiárida não se podia pensar em produção agrícola, e a **pecuária** permitiu conquistá-la, subindo os rios, notadamente o São Francisco. Dessa época e desse ciclo econômico data, por conseguinte, a formação de um complexo nordestino, cujos traços sobreviveram por não terem sofrido alteração por nenhum ciclo posterior.

A primeira base da economia foi, portanto, o **açúcar**, e a unidade do Brasil deveu-se muito ao controle político do território exercido pela Coroa. **Porém, sua expansão foi graças a seus exploradores e seus pecuaristas.**

Os primeiros tinham traçado vias e inventariado recursos, fundando novas “ilhas", mas as ligações entre elas eram ainda precárias, ou mesmo perigosas. Os comboios de ouro entre Minas Gerais e Rio de Janeiro eram frequentemente atacados, e mais ainda os que vinham de Goiás ou de Mato Grosso.

A tarefa de estender realmente o território, de ocupá-lo e de traçar rotas certas e duradouras foi dos pecuaristas. Assistiu-se a uma conquista fulminante, a uma verdadeira explosão territorial, cuja consolidação e valorização vieram graças a seus pacientes esforços para estabelecer estradas, fazendas e pousadas.

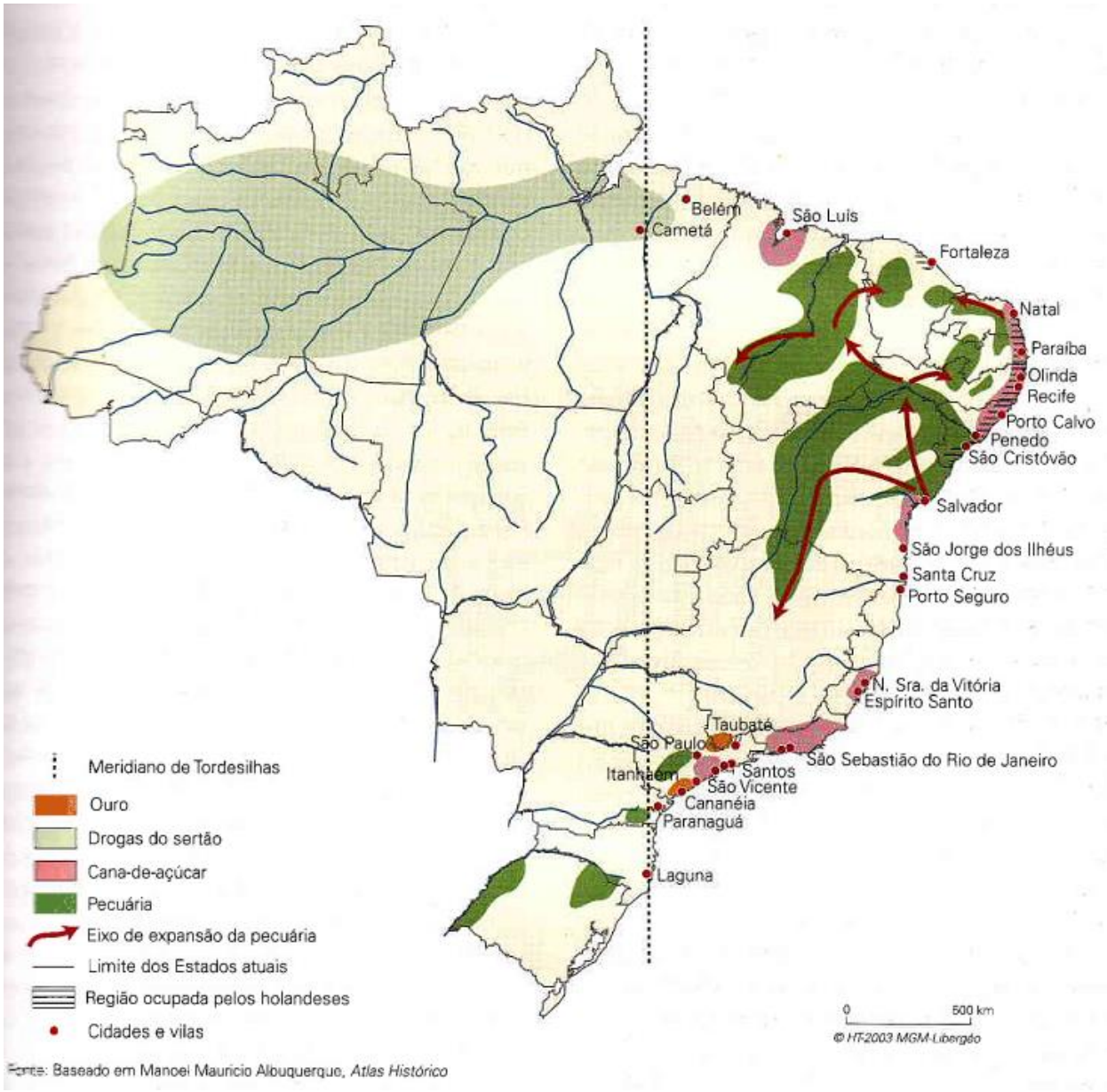
Presentes desde a época do açúcar, os pecuaristas tinham ocupado a mata semiárida do sertão, criando bois para fornecer às plantações do litoral a carne seca, o couro e os animais indispensáveis para girar os moinhos dos engenhos.

As minas de ouro também precisaram deles, e o movimento de expansão da criação prosseguiu para o interior, para o norte e para o sul. Os pecuaristas, que já tinham ocupado o alto São Francisco antes da descoberta do ouro, reforçaram sua presença, porque as minas constituíam novos mercados. No Norte ocuparam, do rio em direção ao litoral, os futuros Estados do Piauí e do Ceará, e avançaram até o Maranhão, nos confins da Amazônia.

As necessidades do transporte do ouro induziram igualmente o desenvolvimento da criação das mulas, nos campos limpos, até então muito pouco ocupados. Essa criação, apoiada nas estradas e em feiras estabelecidas, deu impulso decisivo à extensão do domínio português para o sul, frente aos espanhóis.

Foi, portanto, a pecuária, mais do que o ouro, que contribuiu para dilatar o espaço brasileiro, tanto que ela durou após o colapso aurífero, criando estradas e pontos de apoio estáveis: as fazendas eram estabelecimentos fixos, duradouros e amparos úteis nestas extensões imensas. A partir delas, o gado ia para o litoral seguindo caminhos fixos de rio em rio, as estradas boiadeiras. Ao longo dessas pistas, que fixaram o traçado das estradas de hoje, povoados ofereciam etapas, pastos para descanso ou engorda e feiras periódicas. Muitas delas tornaram-se grandes cidades, como Feira de Santana (Bahia) ou Campina Grande (Paraíba). A pecuária prolongou as zonas do açúcar e do ouro - uma fronteira móvel, mas organizada, onde se manteve o espírito pioneiro dos bandeirantes, consolidando e homogeneizando o espaço que tinham conquistado.

A economia e o território no século XVII



Fonte: Atlas do Brasil (2ª edição)

A expansão e a consolidação – Séculos XVIII e XIX

Faltava, contudo, conquistar a imensa bacia amazônica para dar ao País a sua atual dimensão, o que foi feito a partir do fim do século XVIII, sem que nenhum ciclo econômico o justificasse.

A Coroa portuguesa tinha sido levada a tomar posse da foz do Amazonas para responder à ameaça dos corsários estrangeiros. Em seguida, ocorreu um duplo movimento, o dos militares e dos jesuítas, ambos fixando seus estabelecimentos, fortes ou missões cada vez mais longe, rio acima. Eram ambos ansiosos de avançar o mais rapidamente possível, porque, no mesmo momento, outros militares e outros missionários progrediam também na bacia do Amazonas - os emissários do rei da Espanha. Graças a essa disputa, que

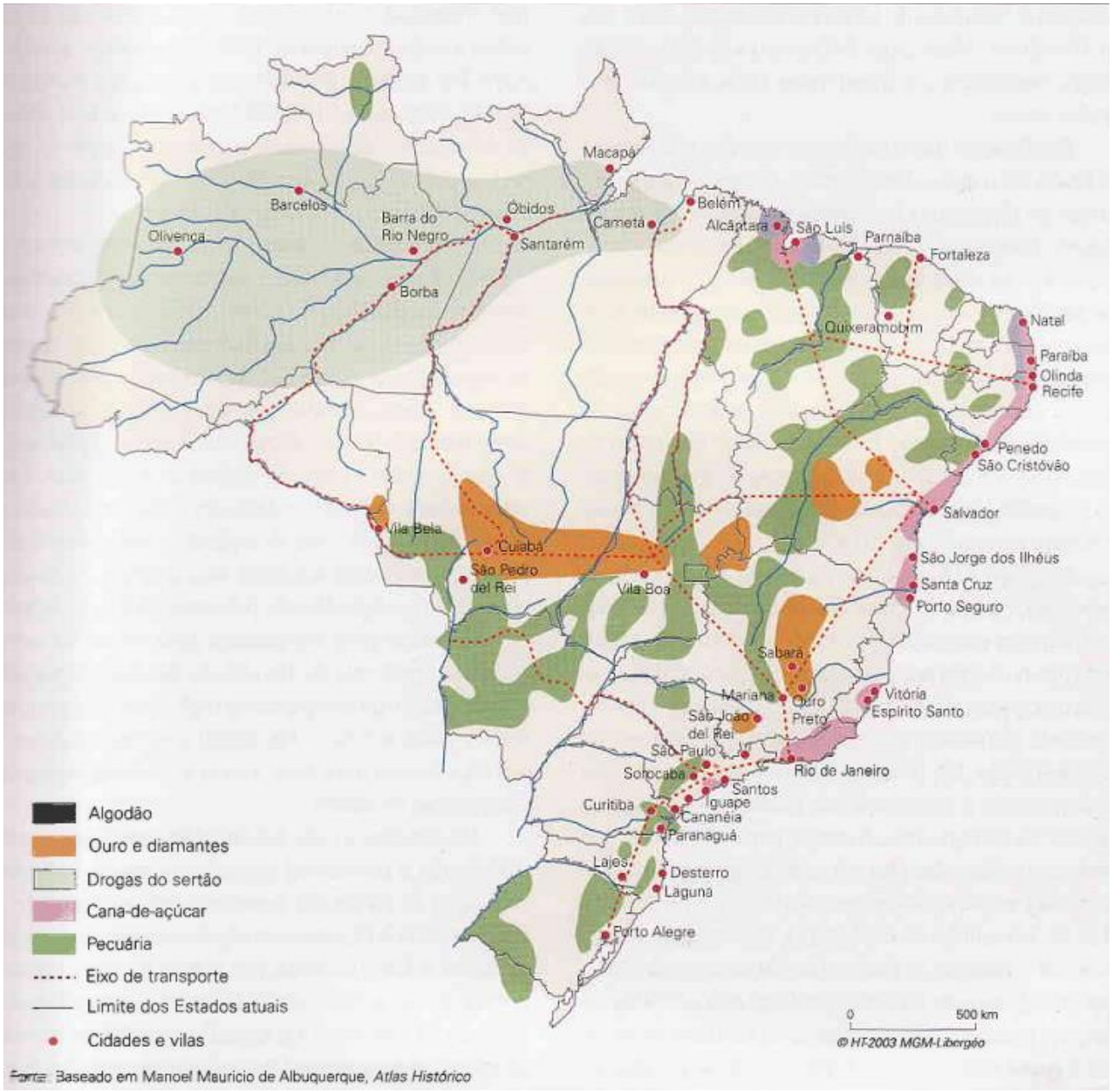
continuou mesmo quando as coroas da Espanha e de Portugal tinham se unido (1580-1640), a progressão foi rápida, apesar dos parcos recursos.

O forte de Manaus foi fundado em 1669, e as missões escalonaram-se ao longo de todo o rio a partir da metade do século XVII. Quando os jesuítas foram expulsos do Brasil, em 1761, a conquista estava praticamente terminada. No século XVIII, o movimento ampliou-se, progredindo ao longo dos afluentes.

Consideráveis ganhos territoriais foram obtidos na Amazônia com recursos muito limitados, algumas centenas de soldados e algumas dezenas de religiosos. A exploração econômica reduzia-se à caça e à extração de algumas plantas, raízes, borracha e resinas, e os sonhos de riqueza, alimentados por mitos recorrentes (o lago Parima, o Eldorado), nunca se materializaram. O motor da conquista foi a vontade dos portugueses, agentes da Coroa e da igreja, de estender seu domínio.

Descobertas de novos recursos, avanço da pecuária e vontade política conjugaram-se para provocar a formidável expansão do território português. Em 1750, no Tratado de Madri, que delimitou os impérios espanhóis e portugueses, o Brasil quase tinha atingido seus limites atuais.

A economia e o território no século XVIII



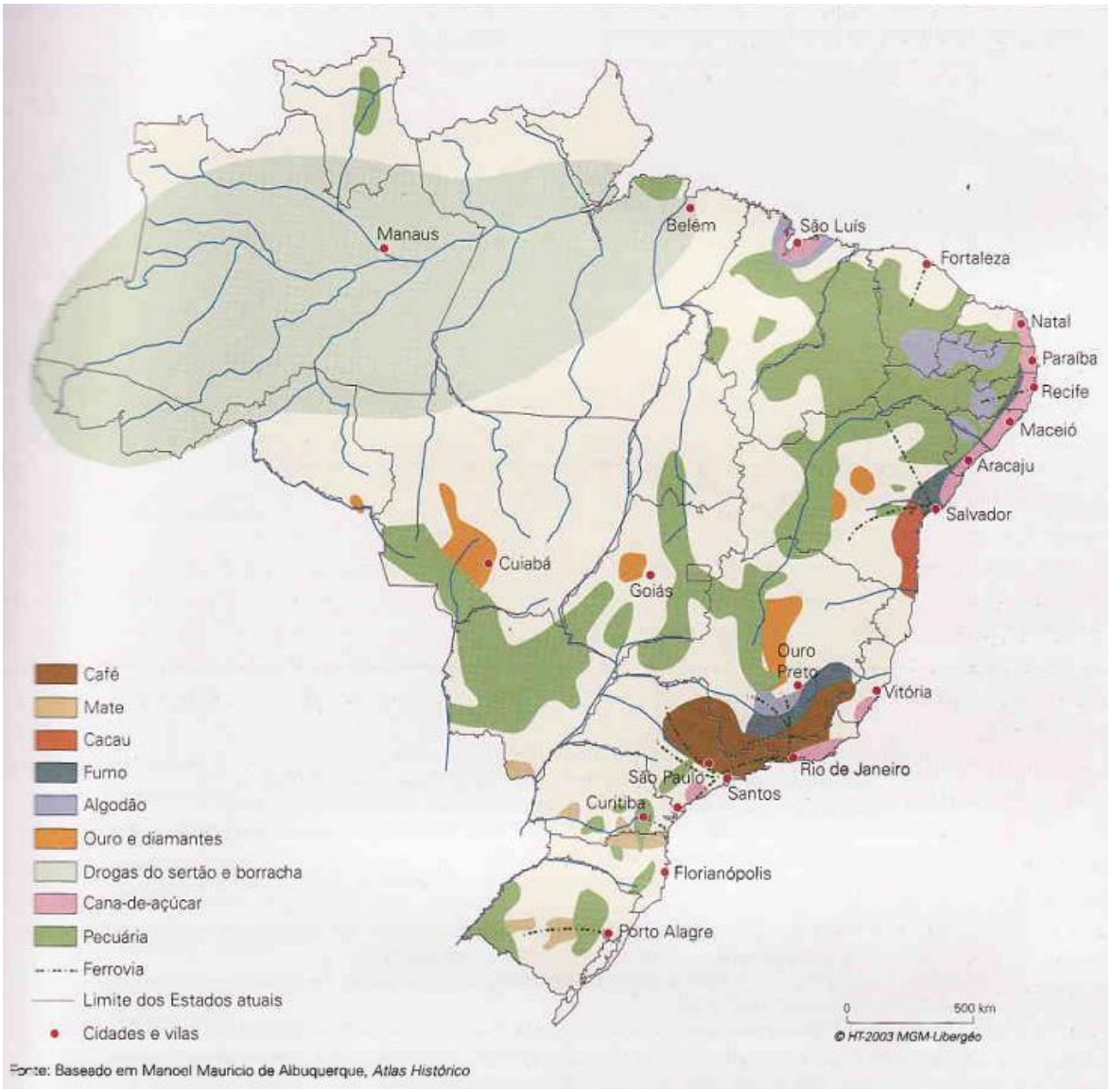
Fonte: Atlas do Brasil (2ª edição)

O século XIX e o início do século XX foram marcados pelos últimos "ciclos", sem dúvida os que mais contribuíram para modelar o território. O último e mais curto foi o da borracha. A demanda mundial de pneumáticos cresceu muito rapidamente com o desenvolvimento do automóvel e, para satisfazê-la, instaurou-se todo um sistema.

No patamar superior estavam as casas de importação e exportação de Belém e Manaus, e no inferior, os seringueiros. **A maior parte vinha do Nordeste**, menos atraídos pela borracha do que expulsos pela terrível seca que devastou o sertão a partir de 1877. Mais de um milhão de nordestinos vieram, assim, instalar-se na

Amazônia e muitos ficaram após o desmoronamento do sistema da borracha. Com esse episódio, começou a primeira onda de migrações internas.

A economia e o território no século XIX



Fonte: Atlas do Brasil (2ª edição)

A economia e o território no século XX

A partir de 1910 - quando a Amazônia produzia 80% da borracha mundial -, as plantações inglesas e holandesas do sudeste da Ásia chegaram à maturidade, e a sua produção mais regular e menos dispendiosa que o extrativismo amazônico submergiu e deprimiu o mercado mundial. Durante esse curto período, a Amazônia brasileira foi percorrida, ampliada, e os avanços pioneiros foram oficializados pelos tratados com a maior parte dos países vizinhos, como o de 1903, que permitiu anexar o Acre.

Nesse mesmo período, a onda do café transformou o sul do País e assegurou a sua decolagem econômica. Introduzido no Brasil no século XVIII, o café desenvolveu-se magnificamente. No momento em que a

demanda mundial para a nova bebida aumentava, o País podia oferecer climas e solos bem adaptados às exigências dessa planta delicada, encontrando, assim, o novo recurso que lhe faltava para impulsionar a economia.

No entanto, o ciclo do café não constituiu uma réplica tardia e meridional do ciclo do açúcar, sustentado pela mão de obra escrava. Ao fim do Império, seguiu-se à abolição da escravatura, proclamada em 1888. A cultura do café foi inicialmente desorganizada pelo fim da escravidão, mas a resposta foi rapidamente encontrada: substituiu-se a mão de obra escrava, pouco qualificada e evidentemente pouco motivada, por uma mão de obra assalariada ou sob contrato, constituída essencialmente de europeus, cuja imigração era organizada e parcialmente custeada pelos fazendeiros e pelo governo de São Paulo.

Esse brusco fluxo de população permitiu estender as plantações e, em pouco tempo, todo o sistema se organizou em torno da ferrovia, que permitia fazer avançar a frente de desmatamento e exportar o café. Sobre os espigões dos planaltos ocidentais montou-se uma rede que ligava as cidades regularmente espaçadas.

Quando o complexo cafeeiro se consolidou no Sudeste (em meados do século XIX), os mercados regionais já constituíam realidades dinâmicas, mas não existia, rigorosamente, um mercado nacional. As produções do Brasil meridional raramente eram comercializadas no Brasil setentrional, e vice-versa. As vastas distâncias e a extrema precariedade das vias de transporte continuavam isolando as diferentes regiões brasileiras.

Entretanto, o desenvolvimento acelerado da economia cafeeira paulista passou a gerar economias complementares à sua volta. Assim, as áreas vizinhas começaram a estabelecer vínculos cada vez mais fortes com São Paulo.

O Brasil meridional tornou-se fornecedor de gado e de alguns produtos agrícolas para o núcleo cafeeiro. Ao mesmo tempo, as plantações de café expandiram-se pelo Oeste paulista e começaram a avançar sobre terras do Noroeste paranense. Minais Gerais – que se mantivera estagnada desde o fim do ciclo aurífero – passou a abastecer o mercado paulista com alimentos e mão de obra; algumas áreas do atual estado do Mato Grosso do Sul, embora ocupadas de forma pouco densa, passaram a fornecer carne para a dinâmica área da economia cafeeira. As sementes daquilo que seria mais tarde conhecido como Centro-Sul foram lançadas nessa época.

Desde as décadas de 1920 e 1930, o desenvolvimento do complexo cafeeiro em São Paulo lançou as bases para a industrialização do Sudeste. Essa concentração industrial transformou toda a economia do país, criando um **mercado interno nacional**. A região tornou-se o polo da economia do país e o estado de São Paulo, o polo da economia regional.

A industrialização acelerada rompeu o isolamento dos mercados regionais. Os manufaturados do Sudeste – produzidos com tecnologia superior e em escala industrial – invadiram todo o país. A competição desigual com as mercadorias fabricadas nas outras regiões resultou no **predomínio da indústria do Sudeste**.

O crescimento da participação do Sudeste na indústria nacional limitou o desenvolvimento industrial do Sul e, principalmente, do Nordeste. Se o Sul conseguiu manter algum nível de industrialização (sobretudo nos setores de bens não duráveis), o Nordeste retrocedeu em sua participação no contexto industrial nacional – fato que agravou ainda mais a pobreza existente na região.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) e no respectivo pós-Guerra, a concentração geográfica da indústria se intensificou, com a implantação das indústrias de bens de produção e de bens de consumo duráveis. A reorganização da economia nacional atingiu tanto a indústria como a agricultura.

No setor agrícola, a produção voltada para a exportação deixou de dominar e houve uma ampliação significativa da agricultura orientada a suprir o mercado interno. A Região Sudeste, especialmente seus centros urbanos cada vez mais populosos, tornou-se a grande consumidora de produtos alimentares de todas as demais regiões.

Na segunda metade dos anos 1950, a indústria já funcionava como núcleo dinâmico da economia nacional e já era a principal responsável pelas transformações no território brasileiro. O Sudeste integrava-se aceleradamente ao Sul e à parte meridional do Centro-Oeste, enquanto a economia do Nordeste – ao considerarmos dados relativos – se empobrecia. A inauguração de Brasília, em 1960, seguida da abertura de rodovias de integração, esboçava a "conquista moderna" da Amazônia. A economia-arquipélago tinha deixado de existir.

Modernização tecnológica e migrações

O avanço incessante das frentes pioneiras agrícolas resultou na apropriação econômica das últimas terras livres no Brasil meridional. A busca por novas terras disponíveis fez com que o fluxo populacional que havia promovido a ocupação do interior da região fosse reorientado para áreas mais distantes, situadas no Centro-Oeste e na Amazônia.

Os fluxos demográficos foram acelerados ainda mais quando, na década de 1970, introduziram-se **culturas mecanizadas** – de soja, em especial. Disseminando-se por praticamente todas as áreas de planaltos das regiões Sudeste e Sul e elevando o patamar tecnológico de todo o setor agropecuário, as novas formas de cultivo provocaram dispensa de mão de obra.

O emprego de tecnologias cada vez mais modernas no campo levou também a um processo de reconcentração da propriedade rural. A modernização tecnológica da agropecuária intensificou, ainda, deslocamento populacionais no interior da própria região. Um fluxo significativo de pessoas formou-se em direção às capitais estaduais e cidades médias.

5 - Fronteiras

A extensão do domínio terrestre de um Estado é determinada por linhas de fronteiras, limites que indicam até onde vai o território sobre o qual se exerce a sua soberania. A demarcação e indicação desses limites é direito e dever do Estado.

O Tratado de Madri, firmado em 1750 entre Portugal e Espanha, entrou para a história nacional como um acordo decisivo, que teria gerado as fronteiras do futuro Brasil independente. Ele foi importante para consolidar grande parte do território brasileiro para além da linha de Tordesilhas. Mas, efetivamente, ele delimitou apenas alguns trechos das fronteiras, baseados no curso conhecido dos rios Uruguai e Guaporé. Em conjunto, **os segmentos de fronteira delimitados no período colonial representam apenas 17% da extensão da atual seção terrestre**.

O Império foi responsável pela fixação de pouco mais de metade da extensão total das fronteiras terrestres atuais. Em 1811, o Vice-Reino do Brasil havia anexado a Banda Oriental, até então pertencente ao Vice-Reino do Rio da Prata, que passou a ser denominada de Província Cisplatina. A ocupação permaneceu após as independências da Argentina (1816) e do Brasil (1822), e resultou em conflito armado entre os dois jovens países. O Uruguai nasceu da independência de parte da Banda Oriental, como um Estado tampão entre os dois opositores. Assim, o segmento de limites com o Uruguai foi resultado dos acordos que deram origem ao país vizinho. O segmento de limites com o Paraguai foi fixado no encerramento da Guerra do Paraguai (1864-70), que envolveu o Brasil e a Argentina. As outras divisórias delimitadas no Império foram por meio de acordos com os países vizinhos.

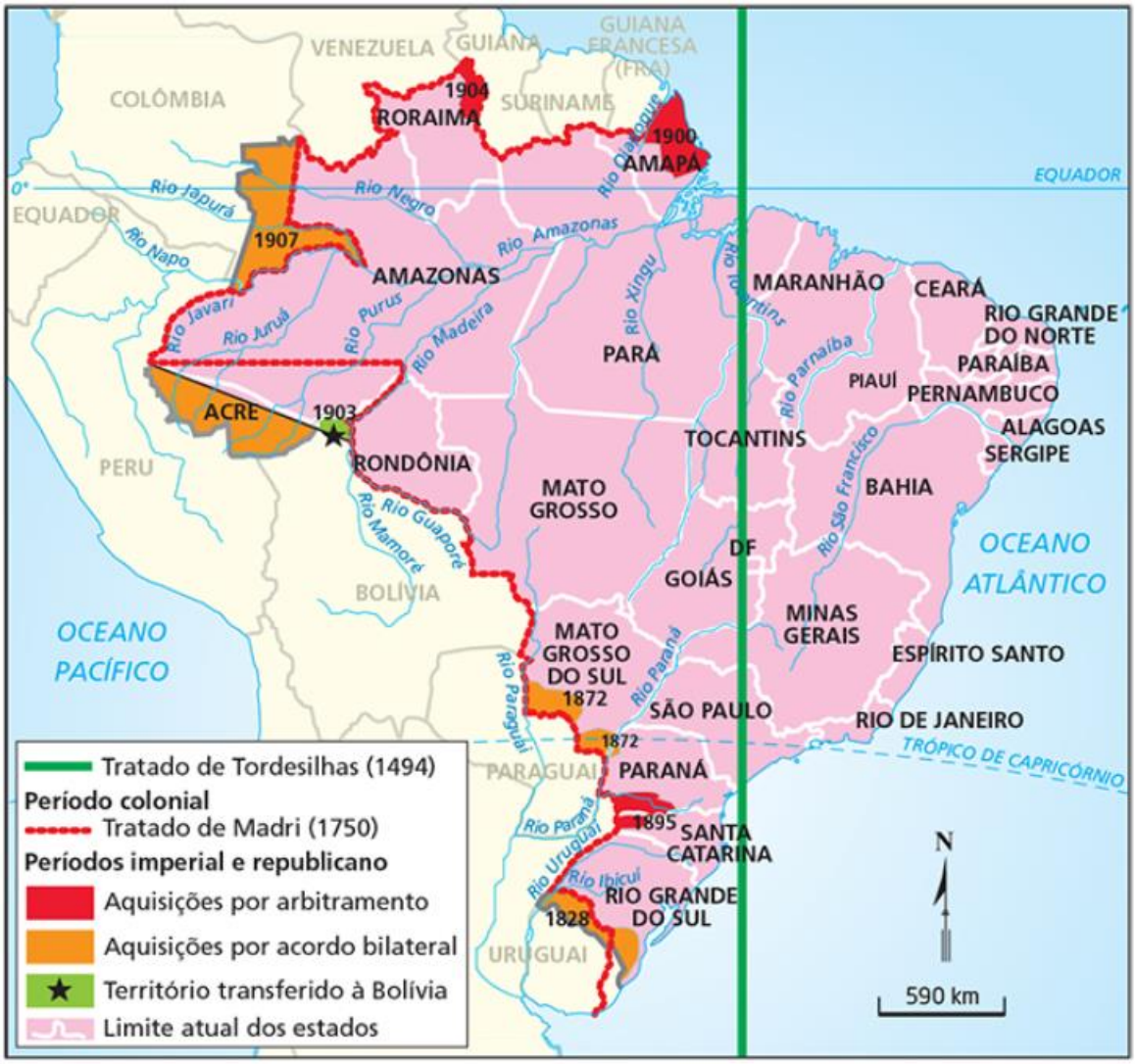
O início do período republicano foi marcado pela figura de José Maria da Silva Paranhos, o **Barão do Rio Branco**, que ocupou o Ministério das Relações Exteriores de 1902 a 1912. Aproximadamente um terço da seção terrestre das fronteiras brasileiras foi delimitada neste período.

Na negociação que firmou os segmentos de fronteira com a Argentina, Rio Branco consolidou a posse do oeste dos territórios que hoje pertencem aos estados do Paraná e de Santa Catarina.

Na Amazônia, Rio Branco delimitou o segmento de limites com a Guiana Francesa, garantindo para o Brasil a posse do território do atual Amapá, com a Guiana Inglesa, a posse de uma porção territorial em Roraima, e com a Colômbia, a posse de uma porção territorial no Amazonas.

Além disso, Rio Branco negociou também o **Tratado de Petrópolis (1903)**, por meio do qual o Brasil adquiriu da Bolívia o território que atualmente pertence ao **Acre**.

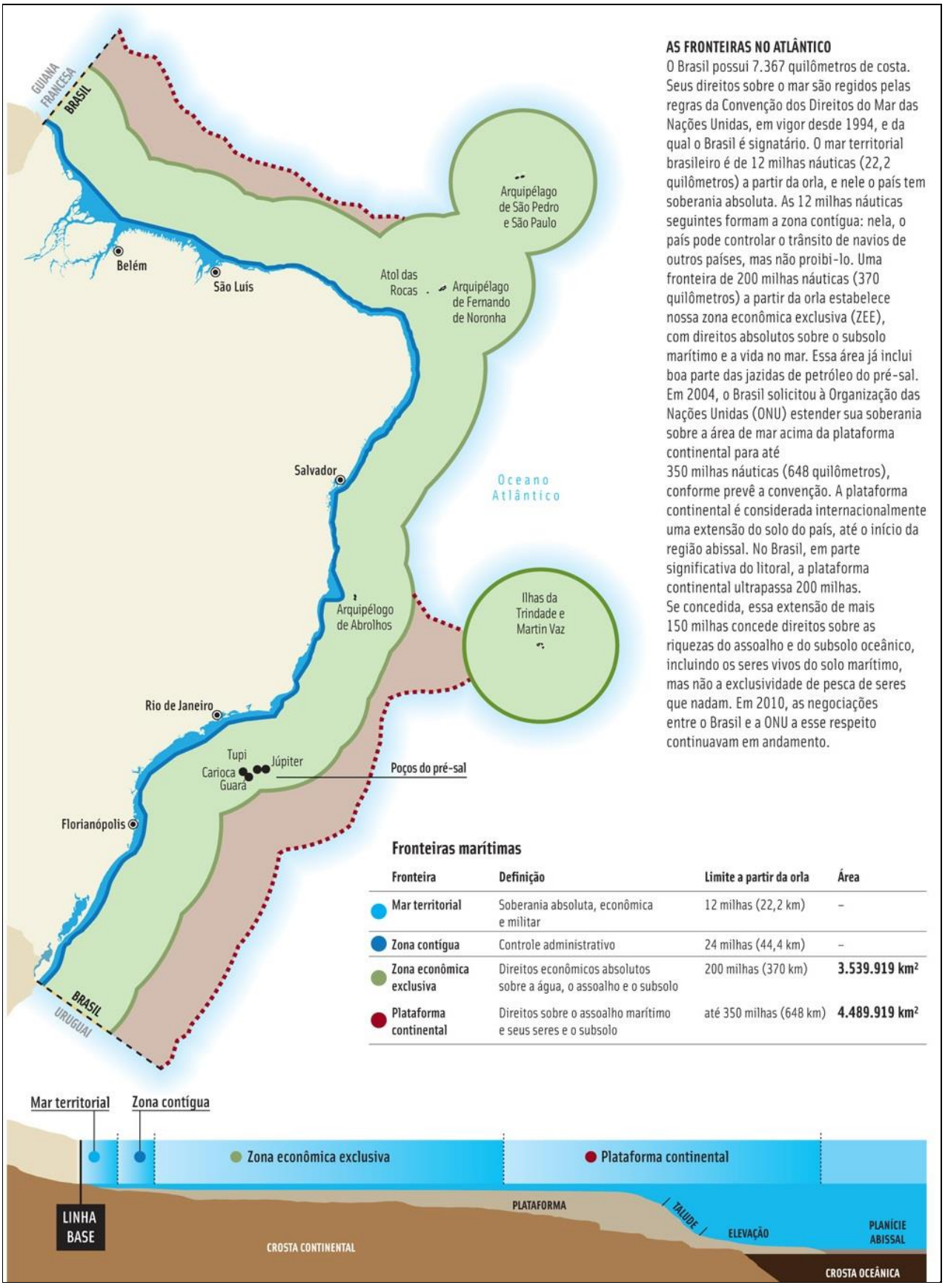
Brasil: Expansão das Fronteiras (séculos XV a XX)



Fonte: Atlas Nacional do Brasil. 3. Ed. Rio de Janeiro. IBGE 2000.

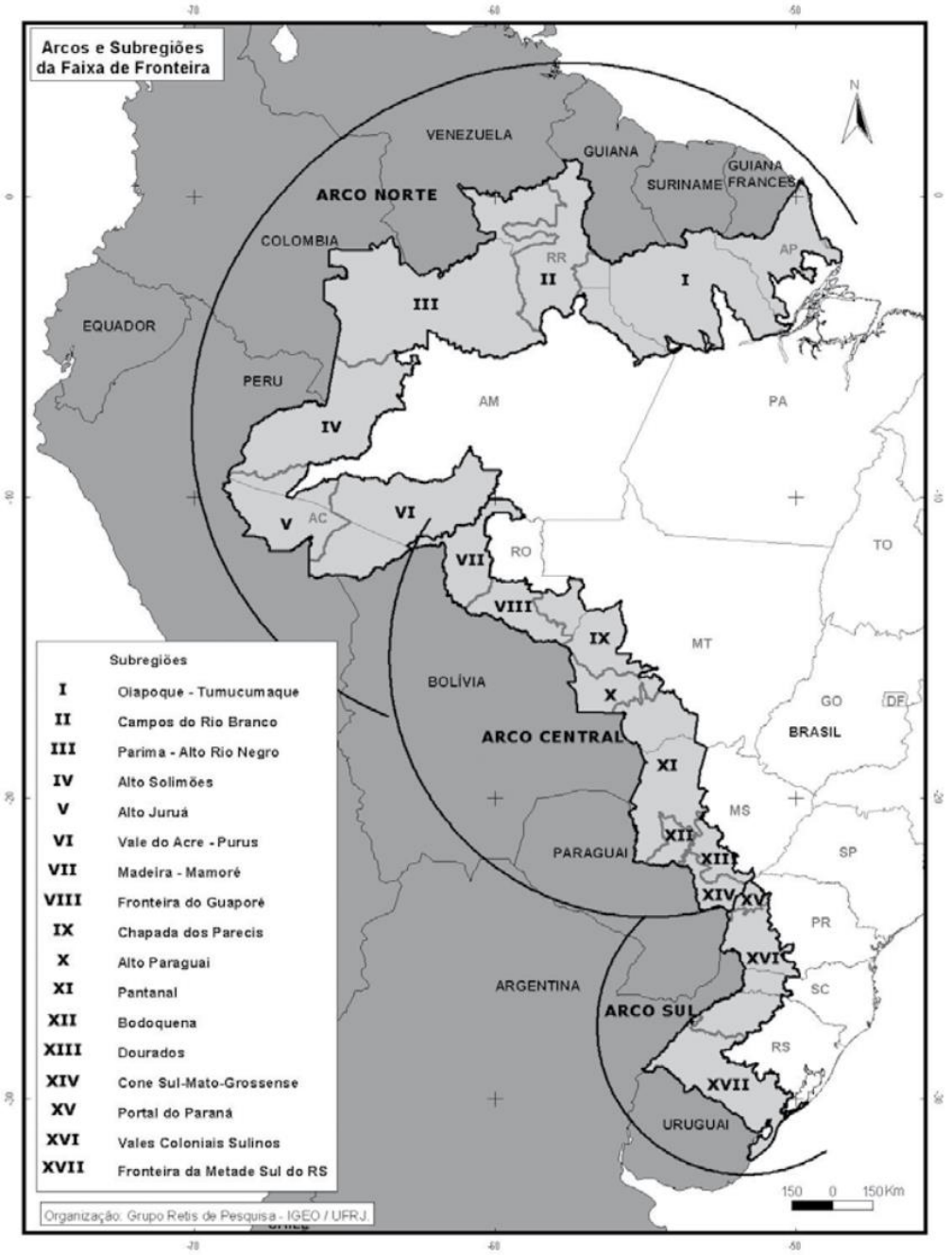
O Brasil faz fronteira com quase todos os países sul-americanos, exceção feita ao Equador e ao Chile. Suas fronteiras estendem-se por 23.086 km que compreendem uma seção marítima de 7.367 km e outra terrestre, de 15.719 km. São 570 municípios fronteiriços espalhados por 11 estados. Na seção terrestre, o país faz fronteira com Bolívia, Peru, Venezuela, Colômbia, Guiana, Paraguai, Argentina, Uruguai, Suriname e Guiana Francesa, que é um departamento ultramarino da França.

A soberania do Estado aplica-se, integralmente, para o espaço atmosférico sobre o território e se estende sobre a faixa oceânica contígua nos termos da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (CNUDM) em vigor desde novembro de 1994, e, atualmente, ratificada por 156 países. Observe o esquema a seguir:


GUIANA FRANCESA
BRASIL
Belém
São Luís
Arquipélago de São Pedro e São Paulo
Atol das Rocas
Arquipélago de Fernando de Noronha
Salvador
Oceano Atlântico
Arquipélogo de Abrolhos
Ilhas da Trindade e Martin Vaz
Rio de Janeiro
Tupi
Carioca
Guará
Júpiter
Poços do pré-sal
Florianópolis
BRASIL
URUGUAI
AS FRONTEIRAS NO ATLÂNTICO
O Brasil possui 7.367 quilômetros de costa. Seus direitos sobre o mar são regidos pelas regras da Convenção dos Direitos do Mar das Nações Unidas, em vigor desde 1994, e da qual o Brasil é signatário. O mar territorial brasileiro é de 12 milhas náuticas (22,2 quilômetros) a partir da orla, e nele o país tem soberania absoluta. As 12 milhas náuticas seguintes formam a zona contígua: nela, o país pode controlar o trânsito de navios de outros países, mas não proibi-lo. Uma fronteira de 200 milhas náuticas (370 quilômetros) a partir da orla estabelece nossa zona econômica exclusiva (ZEE), com direitos absolutos sobre o subsolo marítimo e a vida no mar. Essa área já inclui boa parte das jazidas de petróleo do pré-sal. Em 2004, o Brasil solicitou à Organização das Nações Unidas (ONU) estender sua soberania sobre a área de mar acima da plataforma continental para até 350 milhas náuticas (648 quilômetros), conforme prevê a convenção. A plataforma continental é considerada internacionalmente uma extensão do solo do país, até o início da região abissal. No Brasil, em parte significativa do litoral, a plataforma continental ultrapassa 200 milhas. Se concedida, essa extensão de mais 150 milhas concede direitos sobre as riquezas do assoalho e do subsolo oceânico, incluindo os seres vivos do solo marítimo, mas não a exclusividade de pesca de seres que nadam. Em 2010, as negociações entre o Brasil e a ONU a esse respeito continuavam em andamento.
Fronteiras marítimas
Fronteira | Definição | Limite a partir da orla | Área
Mar territorial | Soberania absoluta, econômica e militar | 12 milhas (22,2 km) | –
Zona contígua | Controle administrativo | 24 milhas (44,4 km) | –
Zona econômica exclusiva | Direitos econômicos absolutos sobre a água, o assoalho e o subsolo | 200 milhas (370 km) | 3.539.919 km²
Plataforma continental | Direitos sobre o assoalho marítimo e seus seres e o subsolo | até 350 milhas (648 km) | 4.489.919 km²
Mar territorial
Zona contígua
Zona econômica exclusiva
Plataforma continental
LINHA BASE
PLATAFORMA
TALUDE
ELEVAÇÃO
PLANÍCIE ABISSAL
CROSTA CONTINENTAL
CROSTA OCEÂNICA

A Constituição de 1988 considera **faixa de fronteira** uma largura de 150 km ao longo das fronteiras terrestres. Fundamental para a defesa do território nacional, essa área está sujeita a regras especiais de uso do solo, de propriedade e de exploração econômica. Nela, a realização de obras de infraestrutura, tais como aquelas voltadas para transporte, obras de engenharia, como pontes, e a exploração de recursos minerais dependem de autorização especial do governo federal. Por motivos de soberania e de segurança nacional, somente empresas controladas por brasileiros podem atuar na faixa de fronteira.

Brasil: faixa de fronteira



Fonte: BRASIL. Proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da faixa de fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. p. 53.

Fronteiras: colaboração e segurança

No Brasil, como em outros países, as fronteiras eram consideradas faixas de segurança, ou seja, de proteção. Com as fronteiras reconhecidas e em época de paz, os países da América do Sul procuraram valorizar a interação e o intercâmbio cultural. A expansão do comércio mundial e da globalização reforçou a ideia de fronteiras como um espaço de integração econômica. Nesse sentido, apesar da preocupação com a segurança no âmbito regulatório, no Brasil as fronteiras estão sendo, na prática, reavaliadas sob a ótica da integração e das novas relações com as nações democráticas sul-americanas.

Amazônia internacional

Grande parte da extensão de nossas fronteiras internacionais encontra-se na região amazônica. A Amazônia internacional é formada pela floresta equatorial e por seus ecossistemas associados e abrange oito países - Brasil, Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname - e a Guiana Francesa. Com cerca de 7,8 milhões de km², a maior parte dessa área é marcada pelos climas quentes e úmidos e está assentada no interior da bacia fluvial amazônica.

Amazônia internacional



Fonte: RICARDO, Beto. Amazônia sob Pressão/Raisg. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2012.

Com exceção da Guiana Francesa, departamento ultramarino da França, os outros países participam da **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica** (OTCA), implementada com o tratado de Cooperação Amazônica, assinado em 1978. O tratado reconhece a soberania dos países amazônicos e se propõe a promover ações conjuntas para preservação do meio ambiente, o uso racional dos recursos naturais e o desenvolvimento regional da Amazônia. A Coordenação de Assuntos Indígenas do Tratado procura implementar a participação dos povos indígenas nas ações ou em processos de desenvolvimento regional que os afetem. O Brasil ocupa posição de destaque nas políticas da OTCA, pois abriga mais de 64% da região.

Essas ações conjuntas, no entanto, são insuficientes para resolver todos os problemas comuns aos países fronteiriços. Na Amazônia internacional, por exemplo, as diversas atividades econômicas e projetos de

infraestrutura aceleram as queimadas e o desmatamento, afetando os povos indígenas que aí vivem. Entre as atividades econômicas estão a extração de minérios, a exploração de petróleo, a construção de estradas e de hidroelétricas.

Vigilância nas fronteiras

Existem poucos postos de fronteira, além de serem esparsos, considerando a grande extensão territorial do país, e ainda faltam efetivo policial, equipamentos e tecnologia para atingir os objetivos de garantir a vigilância das fronteiras brasileiras. Devido a esses fatores, nossas fronteiras terrestres são suscetíveis a vários tipos de ilícitos, que ocorrem também em outras partes do país e nas fronteiras marítimas. No entanto, essas ações ilegais se restringem ao âmbito policial e não ameaçam a soberania nacional. Nas Regiões Sul e Centro-Oeste, a vigilância das faixas de fronteira terrestre é maior, pois essas áreas são mais povoadas, havendo, portanto, maior tráfego de pessoas e de mercadorias.

O Estado brasileiro vem implantando ações que visam atuar de maneira integrada no monitoramento e na segurança das fronteiras brasileiras.

Eventos criminosos na faixa de fronteira



Fonte: Ministério da Justiça

Ações de fronteira

Em 1985, o projeto **Calha Norte** foi criado, dentro da concepção militar, com o objetivo de promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da região amazônica. Recebeu esse nome porque no início o projeto estava limitado apenas à área norte do Rio Amazonas, e hoje abrange toda a região amazônica. Foram instalados diversos postos militares na fronteira cujos objetivos eram também o povoamento e a garantia da soberania nacional. De fato, a Amazônia, por seu enorme potencial natural (grande biodiversidade, riquezas minerais, maior reserva de água doce do mundo), é uma região estratégica.

Com o objetivo de aumentar a presença do Estado nas faixas de fronteira marítimas e terrestres, especialmente na Amazônia, foi instalado o **Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron)**, um sistema de vigilância e monitoramento, promovendo a integração regional, estimulando a cooperação militar com os países vizinhos na proteção da biodiversidade e das populações indígenas e aumentando a sensação de segurança na área.

A efetivação do Sisfron prevê a obtenção de equipamentos militares, como radares e drones, e de telecomunicação, além da ampliação do efetivo militar na área.

Fronteiras e povos indígenas

A Constituição Federal de 1988 reconhece e assegura a demarcação das extensas terras indígenas na faixa de fronteira internacional. Segundo o Instituto Socioambiental:

"*Muitos povos indígenas que vivem na faixa de fronteira não têm nem sequer as palavras limites ou território em seu vocabulário. Eles entendem esses conceitos como o espaço onde podem retirar seus meios de sobrevivência. Por essa razão, se estendem pela floresta, abrangendo, muitas vezes, áreas de dois ou mais países, como os Ashaninka (Peru e Brasil) e os Yanomami (Venezuela e Brasil)*."

Das mais de 600 terras indígenas identificadas no Brasil, cerca de 180 estão na faixa de fronteira. Nelas, há 45 tribos com territórios transfronteiriços. Quando um território indígena está situado em dois países, seus habitantes podem transitar livremente de um país para o outro.

Cidades gêmeas

Há diversas cidades brasileiras em fronteira que se caracterizam pela integração urbana com cidades de países vizinhos. Muitas vezes, não há um rio ou outro elemento natural que separe a cidade brasileira de sua "irmã gêmea" de outro país. Geralmente, a divisão é feita por uma rua, ficando o Brasil de um lado e o país vizinho do outro. Vem crescendo o número de cidades fronteiriças com essa característica, atualmente, são 32 cidades brasileiras assim. O Ministério da Integração Nacional, nesse contexto, definiu, em 2014, como cidades gêmeas:

"Os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, integrada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo, ou não, apresentar unificação da malha urbana com cidade do país vizinho. Não serão consideradas cidades gêmeas aquelas com população inferior a 2 mil habitantes."

Não são muitas as cidades gêmeas nas faixas de fronteira do Brasil com os países vizinhos. Elas se concentram principalmente no Rio Grande do Sul (fronteira com Argentina e Uruguai), seguido pelo Mato Grosso do Sul,

na fronteira com o Paraguai. Esse reduzido número de cidades gêmeas é reflexo da própria história da colonização e povoamento da América do Sul, que se concentrou no litoral do Atlântico, no caso do Brasil, e nos Andes, na América espanhola.

A existência dessas cidades favorece a integração econômica, política e cultural entre os países, visto que há grande fluxo de pessoas, comércio internacional e capitais. Não raro, infraestruturas são construídas para atender ambas as cidades, como também benfeitorias, favorecendo o desenvolvimento regional bilateral.

São exemplos de cidades gêmeas: Ciudad del Leste (Paraguai) e Foz do Iguaçu; Pedro Juan Caballero (Paraguai) e Ponta Porã; Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento; Leticia (Colômbia) e Tabatinga, entre outras.

6 - Brasil: organização federativa e sistema de governo

O Estado brasileiro é uma **federação** que adota como sistema de governo o **presidencialismo**. O termo federativo indica que os estados estão unidos numa federação, mas mantêm relativa autonomia. A **Constituição** é a Lei Maior que rege a vida do Brasil.

Dispõe a Constituição Federal de 1988 que a República Federativa do Brasil é formada pela **união indissolúvel** dos **Estados** e **Municípios** e do **Distrito Federal**, constituindo-se em um Estado Democrático de Direito. O Brasil está dividido em 26 estados, Distrito Federal e 5.570 municípios. O Distrito Federal não pode ser subdividido em municípios, portanto, não tem municípios. Brasília é capital federal.

O **presidencialismo** é um sistema de governo chefiado por um presidente da República, que acumula as funções de chefe de Estado e chefe de governo. No Brasil, o presidente da República é eleito por voto direto para um período de quatro anos, podendo ser reeleito para mais quatro anos, assim como os governadores dos estados e os prefeitos dos municípios.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, existem três poderes da União, independentes e harmônicos entre si: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. O primeiro, constituído pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, elabora as leis do país; o Executivo encarrega-se da administração e do encaminhamento das políticas públicas; e o Judiciário é exercido em suas instâncias mais altas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça. Possui a capacidade e a prerrogativa de julgar, de acordo com as regras constitucionais e leis do país. Dos três poderes, é o único cujos titulares não são eleitos pela população.

Os estados e municípios elegem os representantes do Executivo e do Legislativo estadual e municipal. Os primeiros são regidos por Constituições estaduais e os segundos por Leis Orgânicas municipais, cujos princípios não podem contrariar os da Constituição Federal e estadual.

O sistema político brasileiro é a **democracia**, caracterizada, entre outros aspectos, pela garantia do direito de voto e pelo respeito aos direitos individuais e coletivos e às decisões dos cidadãos expressas nas eleições.

O voto no Brasil é obrigatório para as pessoas de 18 a 70 anos, e opcional aos analfabetos, aos que têm mais de 70 anos ou estão na faixa entre 16 e 18 anos. Mas nem sempre foi assim. Durante o Império, existiu o

chamado voto **censitário**, em que pessoas com baixa renda não tinham direito a eleger seus representantes. As mulheres só adquiriram o direito de votar em 1932, e os analfabetos, em 1985.

Entre os fatores que reforçaram a democracia brasileira, pode-se destacar o aumento do número de organizações não governamentais (ONGs), de conselhos estaduais e municipais e de outros órgãos que constituem importantes instrumentos e espaços de interação entre o governo e a sociedade civil e da participação popular na vida política do país.

7 - A divisão regional

A regionalização por complexos regionais não é oficial, foram desenvolvidas por estudiosos do Brasil e nos ajudam a entender a divisão inter-regional do trabalho no nosso país. São as regionalizações por **regiões geoeconômicas** e segundo o **meio técnico-científico e informacional**.

Em 1964, quando o governo brasileiro ainda estudava a melhor divisão territorial para o país, o geógrafo Pedro Pinchas Geiger elaborou uma proposta de regionalização baseada nos aspectos geoeconômicos. A referida proposta se baseia no processo histórico de formação do território brasileiro, levando em consideração, especialmente, os efeitos da industrialização. Dessa forma, a proposta busca refletir a realidade do país e compreender seus mais profundos contrastes. Essa organização regional favorece a compreensão das relações sociais e políticas do país, pois associa os espaços de acordo com suas semelhanças econômicas, históricas e culturais.

De acordo com Geiger, são três as **regiões geoeconômicas: Amazônia, Centro-Sul e Nordeste.**

Diferentemente da divisão proposta pelo IBGE, os complexos regionais não se limitam apenas às fronteiras entre os Estados. Nessa regionalização, o norte de Minas Gerais, por exemplo, encontra-se no Nordeste, enquanto o restante do território mineiro está localizado no Centro-Sul.

A região geoeconômica Amazônia é a maior delas e a que possui o menor número de habitantes do país. Em muitos pontos da região, acontecem os chamados "vazios demográficos". A maioria da população está localizada nas duas principais capitais do complexo, Manaus e Belém.

Na economia, predominam o extrativismo animal, vegetal e mineral. Destacam-se também o polo petroquímico da Petrobras e a Zona Franca de Manaus.

A região geoeconômica Centro-Sul é a que possui a economia mais poderosa do país. São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte são as cidades de maior destaque. O Centro-Sul é o principal destino de migrantes de diversos pontos do país e onde se encontra cerca de 70% de toda a população brasileira.

Possui a economia mais diversificada, baseada na agricultura de exportação e, principalmente, na indústria. É responsável pela produção da maior parte do Produto Interno Bruto nacional.

Historicamente, a região geoeconômica do Nordeste é a mais antiga do Brasil. É também a mais pobre das regiões, e a que apresenta alguns dos mais graves problemas sociais.

Nas últimas décadas, no entanto, estão acontecendo mudanças estruturais nas atividades produtivas dessa região que podem alterar seu prejudicado quadro social. Muitas indústrias que saíram do Sudeste escolheram essa região graças aos incentivos governamentais, como descontos nos impostos. Além disso, vêm surgindo grandes polos de desenvolvimento fomentados pelo Estado, como Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), que se contrapõem cada vez mais à estrutura produtiva rural dominada pelos latifúndios.

Outra mudança no espaço geográfico vem ocorrendo com o avanço da soja, especialmente no oeste da Bahia e no sul do Piauí e do Maranhão. O setor de serviços vem avançando, em parte, muito ligado à estrutura turística, que apresenta enorme crescimento em toda a região.

Regiões Geoeconômicas



Fonte: Conexões – Estudos de Geografia Geral e do Brasil

Os geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira partiram do conceito de **"meio técnico científico informacional"** para propor outra regionalização do espaço, considerando o princípio de que **as técnicas, as informações e as finanças se distribuem desigualmente pelo território brasileiro, determinando quatro regiões**. A **Região Amazônica** caracteriza-se por baixas densidades demográficas e técnicas. A **Região Nordeste** foi a primeira a ser povoada, apresentando agricultura menos mecanizada que a **Região Centro-Oeste**, onde a agricultura é intensamente produtiva e moderna. Por fim, a **Região Concentrada** é a mais povoada, industrializada e conta com melhor infraestrutura de transporte, comércio, reunindo os principais meios técnicos e concentrando as finanças do país.

Divisão regional segundo o meio técnico-científico e informacional



Fonte: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.



Com o início da Terceira Revolução Industrial, também conhecida como Revolução Técnico Científica ou Revolução Informacional, o capitalismo atingiu seu período informacional.

A característica fundamental dessa etapa do desenvolvimento capitalista é a crescente importância do conhecimento. Os produtos e serviços têm um conjunto cada vez maior de conhecimentos a eles agregados, valorizando-os. A fabricação de um televisor ou um automóvel, por exemplo, envolve, além do material e da mão de obra (que é cada vez mais qualificada), uma série de conhecimentos específicos.

Produtos e serviços têm, portanto, uma nova característica: seu crescente teor informacional. Mas o conhecimento também vai se incorporando ao território, constituindo o que o geógrafo Milton Santos chamou de meio técnico-científico-

informacional, que aparece predominantemente nos países desenvolvidos e nas regiões mais modernas dos países emergentes, e é a base para os fluxos da globalização.

QUESTÕES COMENTADAS



1. (CESPE/IPHAN/2018 - ANALISTA) Julgue o item a seguir, com relação aos traços gerais da organização e da formação do espaço geográfico brasileiro na época da incorporação do Brasil ao império português.

A produção gerada na colônia estava organizada de forma a atender as necessidades do mercado interno e estimular o desenvolvimento da colônia.

COMENTÁRIOS:

No período colonial, o Brasil era um território administrado por Portugal, que explorava os recursos naturais existentes com o objetivo de obter vultosos lucros para seu país. Os produtos explorados possuíam excelente valor no mercado internacional, a exemplo do açúcar, do pau-brasil e do ouro.

Dessa maneira, a produção gerada na colônia estava organizada de forma a atender as necessidades do mercado **externo** e estimular o desenvolvimento da **metrópole**. Portugal não tinha nenhuma preocupação de desenvolver a colônia.

Gabarito: Errado

---

2. (CESPE/CBM-AL/2017 - OFICIAL) Julgue o próximo item, acerca da formação territorial e de questões ambientais brasileiras.

O mapa a seguir representa o traçado da linha de Tordesilhas, resultante do tratado que estabeleceu os limites da ocupação espanhola e portuguesa nas Américas e foi a referência inicial para a configuração do território brasileiro, completada ainda ao tempo do Império com a anexação do território do Acre.



Fonte: IBGE

COMENTÁRIOS:

O Acre só foi anexado ao território brasileiro em 1903, por meio do Tratado de Petrópolis. O Brasil não era mais um Império, já era uma República. A atual configuração do território brasileiro só foi completada no Brasil República.

Gabarito: Errado

---

3. (CESPE/IRB/2016 - DIPLOMATA) Acerca da formação territorial brasileira, julgue o item a seguir.

Nos três primeiros séculos de colonização portuguesa no Brasil, a produção no território brasileiro era fundada na criação de um meio técnico mais dependente do trabalho direto e concreto do homem do que da incorporação de capital à natureza.

COMENTÁRIOS:

O conceito de meio técnico se refere, de forma simplificada, às técnicas que o ser humano utiliza para se relacionar com o meio, modificando-o e o explorando economicamente. Há um grande abismo entre o estágio tecnológico e científico do período colonial e da atualidade. Exemplo é a agricultura, que era na base do arado, da enxada, de ferramentas e técnicas simplificadas. Ou seja, era muito mais dependente do trabalho direto e concreto do homem do que da incorporação de capital à natureza.

A incorporação de capital à natureza se refere aos meios utilizados para transformá-la e para a exploração econômica. Voltamos à agricultura, onde, na atualidade se utilizam modernas máquinas, produtos químicos, pesquisa científica, informática etc. Isso tudo é capital, é dinheiro investido na produção. Ou seja, uma intensa incorporação de capital à natureza.

Essa incorporação de capital também se dá em outras formas de produção do território, como as infraestruturas, a abertura de estradas etc. No período colonial era mais dependente do trabalho humano direto e concreto do homem do que da incorporação de capital à natureza.

Gabarito: Certo

---

4. (CESPE/IRB/2011 – DIPLOMATA) Com relação à geografia moderna, estruturada no século XIX, julgue (C ou E) o item subsequente.

A colonização da região que atualmente corresponde ao Nordeste do Brasil ocorreu, de modo geral, do litoral para o interior, relacionando-se a ocupação das zonas mais próximas do litoral à produção açucareira, e a de áreas mais interiores, à pecuária e à cultura do algodão.

COMENTÁRIOS:

A colonização portuguesa na região Nordeste teve início no século XVI com a implantação da produção açucareira – lavoura e engenho – na faixa litorânea do Brasil. A partir do século XVII, a fronteira produtiva expandiu-se para o interior da região, com a pecuária e a cultura do algodão.

A ocupação do território brasileiro iniciou pelo litoral e expandiu-se para o interior do país.

Gabarito: Certo

---

5. (EsFCEx/2017 – CONCURSO DE ADMISSÃO) Analise as afirmativas sobre a divisão regional do Brasil, colocando entre parênteses a letra "V", quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra "F" quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

( ) O IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi criado no governo de Getúlio Vargas, com a finalidade de conhecer melhor o território nacional e os dados estatísticos da população brasileira. Para tanto, foi necessário considerar as enormes diferenças existentes nas diversas áreas do Brasil.

( ) A região Sudeste foi criada na divisão regional do país de 1969, que passou a adotar o critério de regiões homogêneas, fazendo também desaparecer a antiga região Leste o que incluiu os Estados da Bahia e de Sergipe na região Nordeste.

( ) A atual divisão regional, baseada em macrorregiões homogêneas, manteve as mudanças operadas a partir da Constituição de 1988, com o Estado de Goiás desmembrado e o surgimento do Estado de Tocantins passando a integrar a região Centro-Oeste.

(A) V -V -V

(B) V - V - F

(C) F - V - V

(D) F - F – V

COMENTÁRIOS:

I - Verdadeira. O IBGE foi criado em 1936, pelo então presidente Getúlio Vargas. O IBGE tem atribuições ligadas às geociências e estatísticas sociais, demográficas e econômicas, o que inclui realizar censos e organizar as informações obtidas nesses censos.

II - Verdadeira. A atual divisão regional brasileira está em vigor desde 1969, segundo a metodologia de divisão em macrorregiões com características socioeconômicas e físicas homogêneas. A divisão de 1969 extinguiu a então região Leste e incluiu os estados da Bahia e de Sergipe na região Nordeste.

III - Falsa. A Constituição de 1988 não alterou a divisão regional vigente no Brasil. A criação do estado do Tocantins foi inscrita nessa Constituição, desmembrado do estado de Goiás. O Tocantins foi integrado à região Norte, e não à região Centro-Oeste, como afirma a alternativa

Gabarito: B

---

6. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO EM INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) "(...) De outro lado, o número de gaúchos que, a partir de 1940, passaram a habitar outras unidades da Federação, também cresceu. A emigração no Estado aumentou significativamente até os anos 70, tendo como destinos preferenciais Santa Catarina e Paraná. Nas décadas seguintes o fluxo de gaúchos teve como destino predominante a região Centro-Oeste. Em 2010 o Censo identificou 1.066.500 gaúchos residindo em outros estados brasileiros."

Fonte: Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br

O Centro-Oeste recebeu um contingente significativo de migrantes do Rio Grande do Sul, sobretudo a partir da década de 1980, em função:

(A) do extrativismo da erva-mate;

(B) da proliferação dos tecnopolos;

(C) da expansão da fronteira agrícola;

(D) da polarização das metrópoles;

(E) do crescimento da silvicultura.

COMENTÁRIOS:

Desde a "Marcha para o Oeste", no Governo Vargas, que o Centro-Oeste é área de expansão da fronteira agrícola. Recebeu um significativo contingente de migrantes do Rio Grande do Sul, a partir da década de 1980. Até hoje, migrantes gaúchos continuam a chegar ao Centro-Oeste. A região recebe migrantes de todas as regiões do Brasil pela sua ainda condição de fronteira agrícola e de polo dinâmico do agronegócio no Brasil.

Gabarito: C

---

7. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO EM INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) A Carta Constitucional de 1988 define as terras indígenas como as "terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".

Nas disposições Constitucionais Transitórias, fixou-se em cinco anos o prazo para que todas as Terras Indígenas no país fossem demarcadas. Contudo, isso não ocorreu, e as Terras Indígenas no Brasil se encontram em diferentes situações jurídicas.

Adaptado de: Instituto Socioambiental. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: pib.socioambiental.org

A Constituição Federal de 1988 estabelece a natureza originária dos direitos dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam e reconhece a eles:

(A) o domínio provisório dessas terras e sua transmissão por doação ou herança aos descendentes;

(B) a utilização compartilhada dessas terras com os ocupantes não-índios e a autorização para arrendá-las;

(C) a propriedade vitalícia dessas terras e o direito de vendê-las após a conclusão do processo de demarcação;

(D) a posse permanente dessas terras e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e das lagoas nelas existentes;

(E) o uso transitório dessas terras e seu aproveitamento até que sejam incorporadas ao patrimônio fundiário da União.

COMENTÁRIOS:

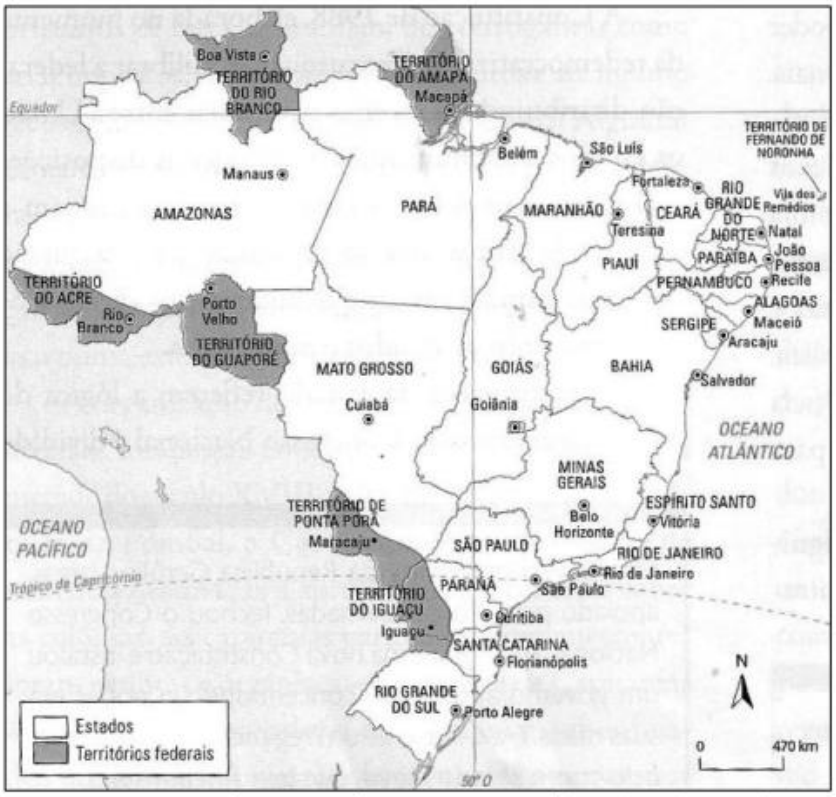
Dispõe o art. 231, § 2º, da Constituição Federal, que "As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes".

Gabarito: D

---

8. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) Com a Proclamação da República, em 1889, as antigas províncias brasileiras passaram à categoria de estados da federação. Ao longo do século XX, novas unidades político-administrativas foram criadas a partir do desmembramento de alguns estados, principalmente na Região Norte. Em 1903, o atual estado do Acre foi anexado ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis como Território Federal, uma unidade político-administrativa gerida diretamente pelo poder central.

Em 1943, foram criados outros cinco Territórios Federais, como mostra o mapa abaixo:



Fonte: MAGNOLI, Demétrio. Geografia para o ensino médio. São Paulo: Atual, 2008, p. 178.

A lógica que orientou a criação dos territórios federais, na década de 1940 foi:

(A) a expansão dos limites do território nacional e o controle efetivo de áreas conflagradas por movimentos de secessão;

(B) o aumento da presença do governo central em áreas pouco povoadas e consideradas vulneráveis às ameaças externas;

(C) o atendimento às demandas políticas das elites locais e o estímulo à formação das cadeias produtivas transfronteiriças;

(D) a consolidação da soberania nacional em áreas densamente povoadas e de litígio territorial com países vizinhos;

(E) o incentivo à descentralização do poder executivo e o aumento da autonomia administrativa das áreas remotas.

COMENTÁRIOS:

Letra A, incorreta. Na década de 1940, os limites do território nacional estavam definidos, não havia nenhuma ação para o alargamento das fronteiras brasileiras. Também não havia, no Brasil, nenhum movimento de secessão, ou seja, nenhum movimento separatista.

Letra B, correta. Em plena segunda década do século XXI, Amapá, Roraima, Acre e Rondônia são áreas pouco povoadas. Quem dirá, na década de 1940. A Região Norte continua pouco povoada, com grandes vazios

demográficos. Na década de 1940, a parte oeste dos atuais Estados de Santa Catarina e Paraná e sudoeste do Mato Grosso eram pouco povoadas. São as áreas dos antigos territórios de Iguaçu e Ponta Porã. Copia-se trecho do livro "Geografia para o ensino médio", de Demétrio Magnoli, utilizado para a elaboração da questão: *Os territórios federais, ao contrário dos estados, não dispunham de autonomia política. Situados em faixas de fronteiras pouco povoadas, eles deveriam fornecer a moldura política para a presença do governo central e das forças armadas nessas áreas vulneráveis.*

Letra C, incorreta. Os territórios federais citados não foram criados com o objetivo de atender demandas políticas das elites locais e de estimular a formação das cadeias produtivas transfronteiriças. Foram criados com o objetivo de aumentar a presença do governo central em áreas pouco povoadas e consideradas vulneráveis às ameaças externas.

Letra D, incorreta. Não eram áreas densamente povoadas, mas pouco povoadas e não eram objeto de litígio territorial com países vizinhos.

Letra E, incorreta. Com a criação dos territórios federais, o Governo Federal retirou áreas do território que estavam sob gestão dos estados. Territórios são autarquias territoriais administradas pelo Governo Federal. Houve uma centralização. Descentralização seria se essas áreas continuassem sob a gestão dos estados federados.

Gabarito: B

---

9. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) No século XVII, a criação de gado desempenhou um papel importante na ocupação do atual território brasileiro e de suporte às atividades econômicas. Além de fornecer carne seca aos núcleos litorâneos, a pecuária:

(A) expandiu os minifúndios com a criação intensiva para a exportação e favoreceu a interiorização da ocupação;

(B) consolidou a estrutura econômica das regiões litorâneas e dificultou a integração inter-regional;

(C) possibilitou a exploração do ouro e apoiou a expansão da fruticultura irrigada no semiárido nordestino;

(D) favoreceu a criação de vilas e cidades no interior e consolidou a expansão da cafeicultura no oeste paulista;

(E) forneceu animais de tração para os moinhos dos engenhos e se interiorizou ao longo do vale do rio São Francisco.

COMENTÁRIOS:

(**A) Incorreta.** A pecuária não expandiu os minifúndios (pequenas propriedades rurais). A realidade agrária não era de minifúndios, mas de latifúndios. A criação de gado se dava em grandes fazendas, ou seja, em latifúndios.

(B) Incorreta. A pecuária era uma atividade de apoio às regiões litorâneas, fornecia carne seca, couro e animais de tração. Não teve este papel de consolidar a estrutura econômica dessas regiões. Como a criação

de animais se interiorizou ela colaborou para a integração inter-regional, não a dificultou. Exemplo: Criação de animais no sul do Brasil para atender a necessidades das Minas Geraes. Conectou, estabeleceu uma relação entre essas regiões.

(C) Incorreta. Sim, foi uma atividade de apoio a exploração do ouro. Mas fruticultura irrigada no semiárido no século XVII? Claro que não. A fruticultura irrigada é uma atividade econômica de décadas recente no semiárido.

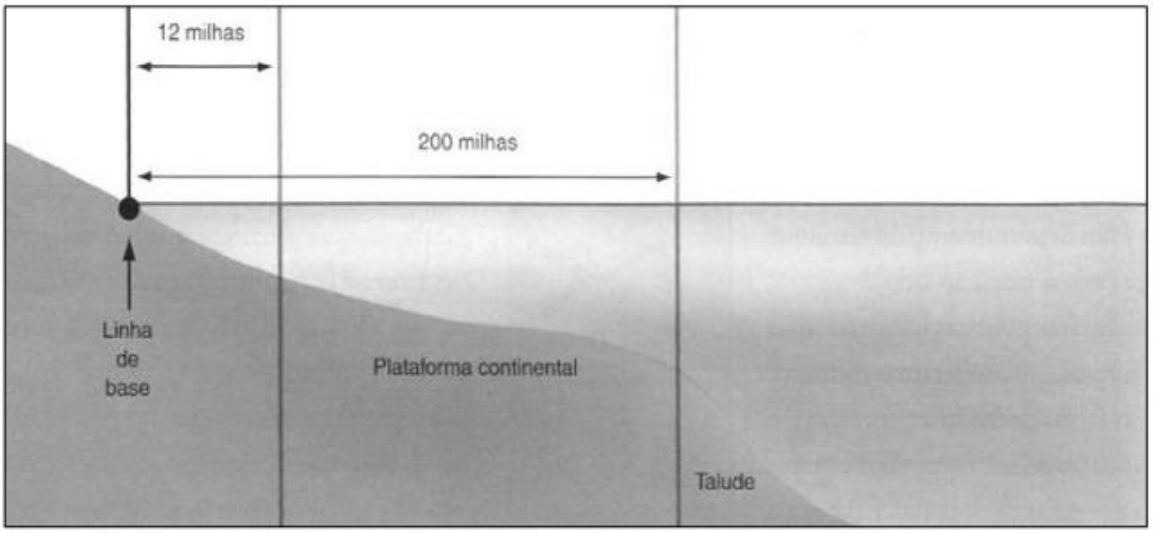
(D) Incorreta. Ela favoreceu a criação de vilas no interior. Vejam que o caput da questão se refere ao século XVII. O café chegou ao oeste paulista somente no século XIX.

(E) Correta. A pecuária fornecia carne seca, couro e animais indispensáveis para girar os moinhos dos engenhos. Os pecuaristas saíram do litoral e avançaram para o interior do Brasil. Uma das áreas colonizadas foi o vale do rio São Francisco.

Gabarito: E

---

10. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) Observe a figura abaixo:



Adaptado de: MAGNOLI, Demétrio. Geografia para o ensino médio. São Paulo: Atual, 2008, p. 182.

Em 4 de janeiro de 1993, o Governo brasileiro sancionou a Lei nº 8.617, que tornou os limites marítimos brasileiros coincidentes com os limites preconizados pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) em 1982.

De acordo com a legislação brasileira, a faixa de 12 milhas marítimas e a faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, indicadas na figura acima, são denominadas, respectivamente:

(A) território nacional estendido e alto mar;

(B) zona franca internacional e região do pré-sal;

(C) território nacional contíguo e Amazônia azul;

(D) mar territorial e zona econômica exclusiva;

(E) mar de soberania nacional e zona abissal.

COMENTÁRIOS:

Até 12 milhas marítimas temos o mar territorial. Na faixa que se estende de 12 a 24 milhas, temos a zona contígua e, na faixa de 24 a 200 milhas, a zona econômica exclusiva. Percebam que a questão não citou a zona contígua, mas as demais alternativas são claramente incorretas, não deixando dúvidas sobre a alternativa correta.

Gabarito: D

---

11. (ESA/EXÉRCITO BRASILEIRO/2016 - CFS) O item da pauta de exportação brasileira do Segundo Reinado que foi considerado um importante fator de modernização da economia foi:

a) O Tabaco.

b) O Café.

c) A Cana de Açúcar.

d) A Soja.

e) O Trigo

COMENTÁRIOS:

O período nomeado de Segundo Reinado é segunda fase da história do Brasil monárquico, época em que o país esteve sob a liderança de Dom Pedro II. Iniciou-se com o fim do período regencial em 23 de julho de 1840, com a declaração de maioridade de Pedro de Alcântara, e terminou em 15 de novembro de 1889, quando a monarquia constitucional parlamentarista foi derrubada pela proclamação da república. Nessa época, o café começava a ser introduzido na Baixada Fluminense e no Vale do Paraíba, e começou a fazer um rápido sucesso, no séc XIX. Com o fim do ciclo econômico do ouro brasileiro, o café se tornou o principal produto produzido no país, e foi importante fator de modernização da economia. O desenvolvimento do complexo cafeeiro em São Paulo lançou as bases para a industrialização do país, sobretudo do Sudeste

Gabarito: B

---

12. (UFMT/DETRAN/2015 – AGENTE FISCAL DE TRÂNSITO) O que se denominou "Marcha para o Oeste" foi

(A) a marcha da Coluna Prestes pelo interior de Mato Grosso, chamando o povo para a insurgência contra o Governo Federal.

(B) a viagem de Mário de Andrade por Mato Grosso com artistas estrangeiros durante sua fase modernista.

(C) a incursão das forças armadas brasileiras contra os insurgentes da Rusga visando a sua destruição.

(D) o projeto do governo Getúlio Vargas no período do Estado Novo, para integrar e desenvolver o interior do Brasil, inclusive o estado de Mato Grosso.

COMENTÁRIOS:

A "**Marcha para o Oeste**" foi um projeto dirigido pelo governo Getúlio Vargas, no período do Estado Novo, para ocupar e desenvolver o interior do Brasil. Tal projeto foi lançado na véspera de 1938 e, nas palavras de Vargas, a Marcha incorporou "o verdadeiro sentido de brasilidade", uma solução para os infortúnios da nação.

Apesar do extenso território, o Brasil havia prosperado quase que exclusivamente na região litoral, enquanto o vasto interior mantinha-se estagnado, vítima da política mercantilista colonial, da falta de estradas viáveis e de rios navegáveis, do liberalismo econômico e do sistema federalista que caracterizaram a República Velha (1889-1930).

Mais de 90% da população brasileira ocupava cerca de um terço do território nacional. O vasto interior, principalmente as regiões Norte e Centro-oeste, permanecia esparsamente povoado. Muitos índios fugiram para o interior justamente por estas razões. Mas os seus dias de isolamento, anunciava o governo de então, estavam contados.

Até a segunda metade do século XX, o Brasil Central continuava a ser uma área desconhecida para a maior parte dos brasileiros, carregando ares mitológicos devido a seu território pouco desbravado e hostil. No censo de 1940, por exemplo, o sul mato-grossense contava com somente 238.640 habitantes. Esse que era considerado um vazio populacional no Mato Grosso do Sul passou, a partir de então, a servir de atrativo para empresas colonizadoras entusiasmadas com o sucesso de suas similares empreitadas nos estados de São Paulo e Paraná.

A ocupação do centro-oeste visava também ser uma etapa preliminar à ocupação da Amazônia. Em Goiás, foi instalada a primeira colônia agrícola, em 1941, na cidade de Ceres, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG).

Os Objetivos da Marcha para o Oeste eram, basicamente:

- Política demográfica de incentivo à migração;
- Criação de colônias agrícolas;
- Construção de estradas;
- Reforma Agrária;
- Incentivo à produção agropecuária de sustentação.

Em boa parte, tal sonho progressista se concretizou. Transcorrida por cerca de quarenta anos, a Marcha para o Oeste fundou cerca de 43 vilas e cidades, construiu 19 campos de pouso, contatou mais de cinco mil índios e percorreu 1,5 mil quilômetros de picadas abertas e rios.

Gabarito: D

---

13. (CESPE/CBM-CE/2014 - SOLDADO) A respeito da formação e configuração atual do território brasileiro, julgue o próximo item.

A primeira ocupação do território brasileiro, no período inicial da colonização portuguesa, ocorreu em sua hinterlândia.

COMENTÁRIOS:

Hinterlândia diz respeito ao conjunto de terras situadas no interior de um país.

A ocupação do território brasileiro começou pelo litoral. Foi na região litorânea que surgiram as primeiras cidades brasileiras, como Salvador e Rio de Janeiro, e onde se desenvolveu a primeira atividade econômica brasileira, a cultura da cana-de-açúcar.

Gabarito: Errado

---

14. (CESGRANRIO/IBGE/2014 – AGENTE DE PESQUISAS E MAPEAMENTO) Os portugueses introduziram, pioneiramente, na África e no Brasil, um tipo de agricultura apoiada na monocultura açucareira em grandes propriedades, com mão de obra constituída predominantemente de escravos. Toda a produção era embarcada em navios com destino à Europa. Esse tipo de agricultura persiste até hoje no Brasil, com o protagonismo das exportações de produtos tropicais.

MAGNOLI, D. e ARAUJO, R. Geografia geral e do Brasil. São Paulo: Moderna, 1997, p. 239. Adaptado.

A atividade agrícola descrita acima é denominada agricultura de

a) jardinagem

b) regadio

c) subsistência

d) precisão

e) plantation

COMENTÁRIOS:

O **plantation** foi um sistema de exploração colonial utilizado entre os séculos XV e XIX principalmente nas colônias europeias da América, na portuguesa, em alguns locais das colônias espanholas e também nas

colônias inglesas britânicas. Ele possui quatro características principais: grandes latifúndios, monocultura, trabalho escravo e exportação para a metrópole.

Por meio dos grandes latifúndios, com suas extensas terras, era possível produzir, em grande escala, um único produto, o que se denomina de monocultura. No Brasil, utilizou-se, inicialmente, a cana de açúcar, mas, depois, veio o algodão, o fumo e o café. Geralmente eram produtos tropicais plantados nesses latifúndios.

Esses produtos tinham boa acolhida na Europa, o que levava essa produção a se destinar quase que exclusivamente ao comércio externo com as metrópoles europeias, suprindo o mercado desses locais. A mão de obra utilizada no plantation era a escrava, quase que exclusivamente composta por africanos escravizados.

Gabarito: E

---

15. (CESGRANRIO/IBGE/2014 – AGENTE DE PESQUISAS E MAPEAMENTO) Território federal é uma denominação brasileira para uma categoria específica de divisão administrativa. Os territórios federais integram diretamente a União, sem pertencerem a qualquer estado, e podem surgir da divisão de um estado ou desmembramento, dele exigindo-se aprovação popular através de plebiscito e lei complementar.

Com a extinção dos territórios federais no Brasil pela Constituição Federal de 1988, a seguinte unidade político-administrativa tornou-se estado da federação:

a) Tocantins

b) Amapá

c) Rondônia

d) Pará

e) Pernambuco

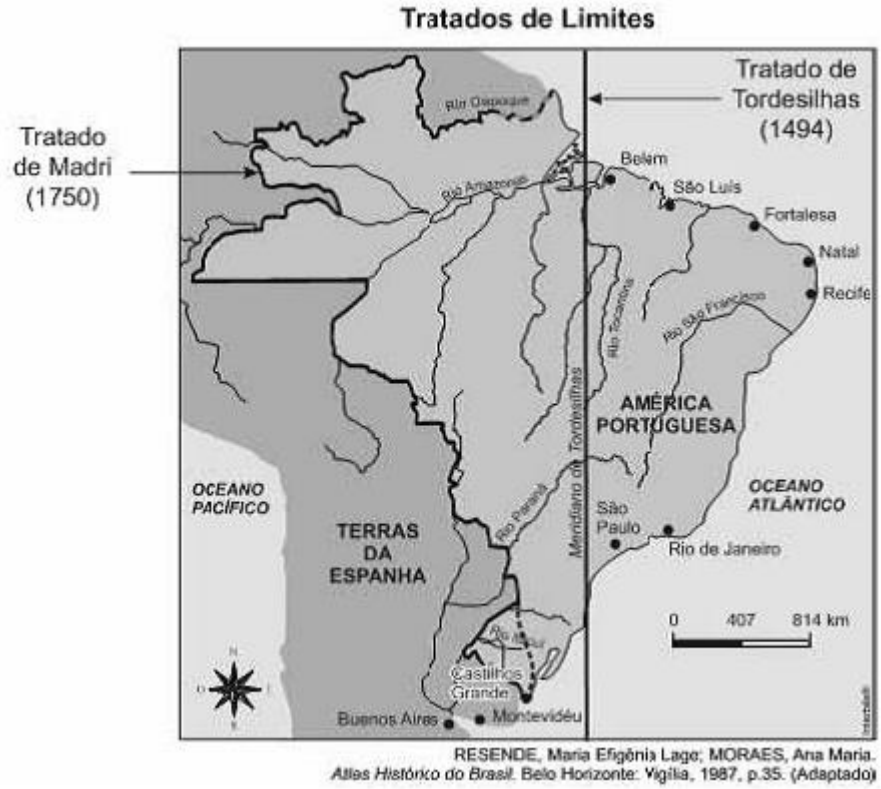
COMENTÁRIOS:

Tocantins não era um território. Foi criado pela constituição de 1988, com o desmembramento de Goiás. Rondônia, como o 23º Estado da Federação, foi criado em 1981. Os territórios federais do Amapá e de Roraima foram transformados em estados federados pela Constituição de 1988.

Gabarito: B

---

16. (FGV/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA MT/2013 – NÍVEL SUPERIOR) Analise o mapa a seguir.



RESENDE, Maria Efigênia Lage; MORAES, Ana Maria. *Atlas Histórico do Brasil*. Belo Horizonte: Vigília, 1987, p.35. (Adaptado)

Assinale a alternativa que descreve corretamente a consolidação do território português na América, de acordo com os tratados assinalados no mapa acima.

(A) A atual região de Mato Grosso passou a pertencer à Espanha a partir de 1750.

(B) A assinatura do Tratado de Madri foi fruto do avanço da colonização portuguesa para o Oeste.

(C) O Tratado de Madri foi pré-condição para o início das expedições dos bandeirantes paulistas.

(D) A expansão lusa em 1750 permitiu a exploração da nova região do Acre, até então da Bolívia.

(E) A Coroa portuguesa se beneficiou com o Tratado de 1750, obtendo a posse da Colônia de Sacramento.

COMENTÁRIOS:

(A) **Incorreta.** A partir do Tratado de Madri, em 1750, a atual região de Mato Grosso passou a pertencer a Portugal.

(B) **Correta.** A assinatura do Tratado de Madri foi fruto do avanço da colonização portuguesa para o Oeste. Naquele período, Portugal já havia expandido a colonização para o extremo oeste do Brasil. E, pelo princípio do *uti possidetis*, utilizado no tratado, as terras do atual Mato Grosso passaram a pertencer à Coroa portuguesa.

(C) **Incorreta**. O Tratado de Madri foi assinado em 1750, no século XVIII. Muito antes, no século XVI, as expedições dos bandeirantes paulistas já penetravam no território de Mato Grosso.

(D) **Incorreta.** Verifique o mapa acima e veja que, pelos limites do Tratado de Madri, o Acre não passou a pertencer ao Brasil, continuou fazendo parte da Bolívia.

(E) **Incorreta.** Pelo Tratado de Madri, a Coroa portuguesa cedeu a posse da Colônia de Sacramento (atual Uruguai) para a Coroa espanhola.

Gabarito: B

---

17. (CESGRANRIO/IBGE/2013 – TÉCNICO EM INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) Na formação territorial brasileira, a atuação dos bandeirantes foi responsável pelo combate aos índios considerados agressores ou opositores à conquista do interior, e também pela captura de negros fugidos das grandes plantações e pela destruição de quilombos. Essa estratégia colonizadora correspondeu a uma verdadeira ação exterminadora dos indígenas no nordeste do País, sob o comando de vários bandeirantes paulistas, sobretudo no século XVII.

A estratégia colonizadora acima mencionada denomina-se

a) urbanismo rural

b) missões jesuíticas

c) desenvolvimentismo

d) sertanismo de contrato

e) Plano Nacional de Desenvolvimento

COMENTÁRIOS:

As bandeiras eram expedições particulares que penetraram o interior da América colonial portuguesa. Não respeitavam o limite do Tratado de Tordesilhas. Em geral, começavam a partir da Vila de São Paulo de Piratininga, na Capitania de São Vicente (hoje São Paulo). Visavam primeiramente à prospecção do território e de metais preciosos. Também se dedicavam ao apresamento de índios para escravização.

Muitas bandeiras foram financiadas por grandes latifundiários, mineradores e comerciantes, dedicadas ao combate aos índios considerados agressores ou opositores à conquista do interior, e também pela captura de negros fugidos das grandes plantações e pela destruição de quilombos, o que ficou conhecido como o sertanismo de contrato.

Gabarito: D

---

18. (ESA/EXÉRCITO BRASILEIRO/2012 - CFS) Sobre a divisão política atual do território brasileiro é correto afirmar que o Brasil é uma República Federativa formada por:

a) 27 estados, 3 territórios e o distrito federal.

b) 27 estados e o distrito federal.

c) 26 estados, 3 territórios e o distrito federal

d) 26 estados e o distrito federal.

e) 26 estados, 2 territórios e o distrito federal.

COMENTÁRIOS:

O Brasil é uma República Federativa formada por 26 estados e um Distrito Federal.

Gabarito: D

---

19. (CESPE/TJ RO/2012 – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR) O recrutamento de colonos para povoar regiões consideradas estratégicas por Portugal em sua colônia americana foi uma das medidas políticas empreendidas pelo Marquês de Pombal, por meio de uma política colonial claramente mercantilista, com o objetivo de fortalecer o poder da realeza e reduzir históricos privilégios concedidos a comerciantes ingleses.

Nesse sentido, a decisão tomada pelo governo de Lisboa de enviar colonos provenientes dos Açores e de Mazagão, no norte da África, para a região Norte brasileira foi motivada

A) pela expansão da produção aurífera ao longo do século XVIII, cujo andamento das atividades dependia do fornecimento de gêneros alimentícios produzidos nos mais diversos pontos da colônia.

B) pela necessidade de controle do território do Norte, que permitiria ao governo de Portugal ampliar seus domínios americanos e, a partir do mapeamento hidrográfico da Amazônia, controlar a estratégica bacia platina.

C) pelo fato de as correntes migratórias externas poderem substituir, com vantagem, as populações nativas que, nesse contexto, haviam sido dizimadas em larga medida.

D) pelo comprovado sucesso do emprego de mão de obra imigrante nas lavouras de café no centro-sul da colônia, fato que indicava bons prognósticos para sua utilização na Amazônia.

E) pela urgente necessidade de povoar o Norte do Brasil, uma vez que, em face da crescente pressão exercida por Inglaterra, França e Holanda, era preciso integrar a área às demais regiões da colônia.

COMENTÁRIOS:

O território atual do Brasil é quase três vezes maior que aquele delimitado pelo Tratado de Tordesilhas. O pequeno reino português conseguiu um feito memorável de, em menos de três séculos, expandir territorialmente a colônia brasileira pela maior parte da América do Sul. Nesta expansão territorial tratava-se de ocupar, de povoar e de controlar os territórios penetrados. Para isto, Portugal enviava colonos às frentes de expansão, seja no norte, oeste ou sul do Brasil.

Gabarito: E

---

20. (FGV/PC RJ/2011 – PILOTO POLICIAL) Segundo a Constituição Federal de 1988, uma das condições exigidas para que um distrito passe à condição de município é a de que:

a) a população do distrito seja ouvida por meio de um plebiscito.

b) a população do município vote a divisão em processo eleitoral.

c) a população urbana do distrito seja maior que a rural.

d) a população distrital seja igual ou maior que a do município.

e) a população do município concorde com a emancipação.

COMENTÁRIOS:

Dispõe o art. 18, § 4º, da Constituição Federal, que:

*A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, **e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos**, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.*

Gabarito: A

---

21. (CONSULPLAN/IBGE/2011 – AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO) É correto afirmar sobre a organização político-administrativa do Brasil que

A) os estados brasileiros têm a mesma autonomia dos estados americanos ou das províncias canadenses, que são exemplos mais amplos de estados federativos.

B) os vinte seis estados brasileiros, tanto quanto os municípios e o Distrito Federal exercem competências, e as atribuições legislativas, normativas, políticas, administrativas e financeiras que a Constituição Federal lhes confere, não ficando restritos a essas competências e atribuições, podendo ir muito mais além.

C) a Constituição reservou apenas à União, a maioria dos assuntos reguláveis por lei, o que configura uma federação altamente centralizada, em que restam aos estados e aos municípios quase somente “migalhas” das vastas competências normativas federais.

D) o Brasil pode ser considerado uma confederação, uma vez que sua organização político-administrativa está constituída dessa maneira.

E) os estados não podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para anexarem-se a outros ou formarem novos estados e territórios federais.

COMENTÁRIOS:

a) **Incorreta.** Os estados brasileiros não têm a mesma autonomia dos estados americanos ou das províncias canadenses. Exemplos são a pena de morte e a legalização da maconha. Nos EUA, cada Estado tem poderes para legislar sobre esses temas. No Brasil, não. São objeto de legislação federal.

b) **Incorreta.** Os vinte seis estados, tanto quanto os municípios e o Distrito Federal, exercem competências e atribuições legislativas, normativas, políticas, administrativas e financeiras que a Constituição lhes confere, porém, há restrições aos estados e aos municípios. Ou seja, eles só têm e podem exercer as atribuições que lhes confere a Constituição Federal. Não podem ir além delas, pois, se assim o fizessem, estariam invadindo a competência de outro nível federativo.

c) **Correta.** A União dita a maioria dos assuntos reguláveis por lei, restando aos estados e aos municípios quase migalhas das competências normativas federais. Essa é uma frequente reclamação de Estados, municípios, políticos e segmentos da sociedade. A Federação brasileira é muito centralizada no nível federativo da União.

d) **Incorreta.** O Brasil não pode ser considerado uma confederação, e sim uma federação, que não são sinônimos. A confederação é uma associação de Estados soberanos, usualmente criada por meio de tratados, mas que pode, eventualmente, adotar uma constituição comum. A principal distinção entre uma confederação e uma federação é que, na Confederação, os Estados constituintes não abandonam a sua soberania, enquanto que, na Federação, a soberania é transferida para o estado federal. Na Federação, os estados possuem autonomia, mas não soberania. As confederações costumam ser instituídas para lidar com assuntos cruciais como defesa, relações exteriores, comércio internacional e união monetária.

e) **Incorreta.** Nos termos do artigo 18, § 3º, da Constituição Federal, os estados brasileiros podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para anexarem-se a outros ou formarem novos estados e territórios federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

Gabarito: C

---

22. (FUNCAB/SESAU RO/2009 - MÉDICO) O período compreendido entre 1877 e 1910 ficou conhecido no Brasil como "Primeiro Ciclo da Borracha". Extraía-se a borracha na Amazônia, principalmente entre o Brasil e a Bolívia, onde está situado o Estado de Rondônia. Um pouco depois, a produção brasileira entrou em decadência. Podemos apontar como causa principal do declínio desta produção:

a) o isolamento da Região Norte;

b) a falta de mão-de-obra para a exploração;

c) a produção de látex feita pelo Reino Unido;

d) a preocupação com a preservação ambiental;

e) a proposta de internacionalização da Amazônia.

COMENTÁRIOS:

A seringueira, árvore de onde se extrai o látex, matéria-prima para a produção da borracha, é nativa da Amazônia. No entanto, os ingleses levaram, ilegalmente, para fora da Amazônia, mudas da seringueira e desenvolveram, com sucesso e custo mais baixo, seringais e a extração do látex na Malásia. A produção na então colônia inglesa derrubou a produção do látex amazônico.

Gabarito: C

---

23. (CESGRANRIO/TJ RO/2008 – TÉCNICO JUDICIÁRIO) O controle das fronteiras brasileiras, sobretudo norte e sul, sempre foi motivo de preocupação dos principais governos republicanos. Acordos de limites, por exemplo, foram vários na República Velha. Durante o Governo Vargas, porém, este controle foi efetivamente definido com a criação de Territórios Federais na região, entre eles:

a) Rio Branco, atual Estado de Roraima, e Guaporé, atual Estado de Rondônia.

b) Acre, atual Estado do Acre, e Guaporé, atual Estado de Rondônia.

c) Ponta Porã, atual Estado de Tocantins, e Rio Branco, atual Estado de Roraima.

d) Iguaçu, atual Estado de Roraima, e Acre, atual Estado do mesmo nome.

e) Amapá e Palmas, atualmente Estados do mesmo nome.

COMENTÁRIOS:

Getúlio Vargas criou os territórios federais de Rio Branco, atual Estado de Roraima; Guaporé, atual Estado de Rondônia, Amapá, atual Estado de mesmo nome e Ponta-Porã e Iguaçu, que foram extintos posteriormente.

Gabarito: A

---

24. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA TO/2005) Grande parte dos estados brasileiros originou-se da primeira divisão territorial, que foram:

a) Sesmarias

b) Capitanias hereditárias

c) Governo geral

d) Províncias

COMENTÁRIOS:

Grande parte dos estados brasileiros originou-se da primeira divisão territorial do Brasil, que foram as **capitanias hereditárias,** criadas pela Coroa Portuguesa entre 1534 a 1536. Constituíam-se de grandes faixas de terra, que iam da costa até a linha do Tratado de Tordesilhas, doadas aos capitães-mores mediante um

documento chamado de “carta de doação”. Os capitães também eram chamados de donatários, uma vez que recebiam títulos de governadores de suas posses. As capitanias eram hereditárias porque podiam ser transferidas aos herdeiros dos donatários.

As primeiras **sesmarias** surgiram antes mesmo das capitanias hereditárias, com a expedição de Martim Afonso de Souza, em 1531, que distribuiu as primeiras sesmarias aos colonos portugueses.

A sesmaria constituía-se de glebas de terras concedidas para o uso dos colonos. Tratava-se de uma subdivisão da capitania hereditária, com o objetivo de que fosse aproveitada. Os capitães-donatários eram obrigados a distribuir 80% das terras como sesmarias.

O **Governo Geral**, instituído pela Coroa Portuguesa em 1548, não significou uma nova divisão territorial do Brasil, mas sim o início da formação de um aparelho de Estado subordinado à monarquia lusa.

As **províncias** surgiram somente com a independência do Brasil, em 1822. As antigas **capitanias reais** foram transformadas em **províncias do Império do Brasil**, assumindo basicamente os mesmos contornos daquelas. Algumas das capitanias reais haviam se fundido para formar uma capitania maior. Outras surgiram a partir da elevação de comarcas em novas capitanias.

Gabarito: B

---

25. (NCE/IBGE/2005 – AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO) O federalismo é uma forma de organização das instituições políticas que tem por objetivo fundamental acomodar as tensões decorrentes da necessidade de uma união das *diferenças* para formar uma *unidade*, ambas organizadas territorialmente. Uma característica da federação brasileira, que a diferencia das outras, é a:

(A) pouca autonomia dos Estados brasileiros, frente à União e aos Municípios;

(B) existência de dois níveis federativos, a União e os Estados;

(C) autonomia financeira dos Estados e Municípios;

(D) existência de três níveis federativos: União, Estados e Municípios;

(E) concentração de poder de decisão no nível da União para todas as questões do país.

COMENTÁRIOS:

a) **Errada.** A autonomia é o poder que os entes possuem de agir de forma livre (dentro dos limites constitucionais), ou seja, não há hierarquia entre os entes federados. Isso quer dizer que a União não “manda” nos estados, DF ou municípios, não havendo subordinação entre eles. Se não há subordinação entre os entes e um não manda no outro, não se pode afirmar que os Estados brasileiros possuem pouca autonomia frente à União e aos municípios.

b) **Errada.** Existem três níveis federativos: União, Estados e Distrito Federal e Municípios.

c) **Errada.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são autônomos nos termos da Constituição Federal. Vejam bem, nos termos da Constituição, que estabeleceu uma divisão de competências. Como exemplo, essa divisão estabelece os tributos que cabe a cada ente federado arrecadar. Veja-se que nenhum ente federado é autônomo financeiramente para arrecadar o imposto que quiser, o faz, como já dissemos, nos limites dos marcos regulatórios constitucionais.

d) **Certa.** Existem três níveis federativos: União, Estados e Distrito Federal e Municípios.

e) **Errada.** O poder de decisão sobre todas as questões do país não está concentrado na União, já que há uma divisão de competências, estabelecida pela Constituição Federal. No federalismo brasileiro, as competências mais importantes foram deixadas a cargo da União, por isso, tem-se a impressão de que a União "manda" nos demais entes.

Gabarito: D

---

26. (NCE/IBGE/2005 – AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO) A região do país que nas últimas décadas vem sofrendo as maiores mudanças na sua base produtiva e na expansão do povoamento no seu espaço é a Região:

(A) Norte;

(B) Sul;

(C) Nordeste;

(D) Sudeste;

(E) Centro-Oeste.

COMENTÁRIOS:

O Centro-Oeste vem experimentando mudanças significativas na sua base produtiva nas últimas décadas, basicamente pelo grande crescimento do agronegócio, voltado para a exportação. Com a construção de Brasília, a região recebeu grandes contingentes populacionais. Atualmente é a região do país que mais recebe imigrantes vindos de outras regiões, segundo o IBGE.

Gabarito: E

LISTA DE QUESTÕES

1. (CESPE/IPHAN/2018 - ANALISTA) Julgue o item a seguir, com relação aos traços gerais da organização e da formação do espaço geográfico brasileiro na época da incorporação do Brasil ao império português.

A produção gerada na colônia estava organizada de forma a atender as necessidades do mercado interno e estimular o desenvolvimento da colônia.

2. (CESPE/IRB/2016 - DIPLOMATA) Acerca da formação territorial brasileira, julgue o item a seguir.

Nos três primeiros séculos de colonização portuguesa no Brasil, a produção no território brasileiro era fundada na criação de um meio técnico mais dependente do trabalho direto e concreto do homem do que da incorporação de capital à natureza.

3. (CESPE/CBM-AL/2017 - OFICIAL) Julgue o próximo item, acerca da formação territorial e de questões ambientais brasileiras.

O mapa a seguir representa o traçado da linha de Tordesilhas, resultante do tratado que estabeleceu os limites da ocupação espanhola e portuguesa nas Américas e foi a referência inicial para a configuração do território brasileiro, completada ainda ao tempo do Império com a anexação do território do Acre.



Fonte: IBGE

4. (CESPE/IRB/2011 – DIPLOMATA) Com relação à geografia moderna, estruturada no século XIX, julgue (C ou E) o item subsequente.

A colonização da região que atualmente corresponde ao Nordeste do Brasil ocorreu, de modo geral, do litoral para o interior, relacionando-se a ocupação das zonas mais próximas do litoral à produção açucareira, e a de áreas mais interiores, à pecuária e à cultura do algodão.

5. (EsFCEx/2017 – CONCURSO DE ADMISSÃO) Analise as afirmativas sobre a divisão regional do Brasil, colocando entre parênteses a letra "V", quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra "F" quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

( ) O IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi criado no governo de Getúlio Vargas, com a finalidade de conhecer melhor o território nacional e os dados estatísticos da população brasileira. Para tanto, foi necessário considerar as enormes diferenças existentes nas diversas áreas do Brasil.

( ) A região Sudeste foi criada na divisão regional do país de 1969, que passou a adotar o critério de regiões homogêneas, fazendo também desaparecer a antiga região Leste o que incluiu os Estados da Bahia e de Sergipe na região Nordeste.

( ) A atual divisão regional, baseada em macrorregiões homogêneas, manteve as mudanças operadas a partir da Constituição de 1988, com o Estado de Goiás desmembrado e o surgimento do Estado de Tocantins passando a integrar a região Centro-Oeste.

(A) V -V -V

(B) V - V - F

(C) F - V - V

(D) F - F – V

6. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO EM INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) "(...) De outro lado, o número de gaúchos que, a partir de 1940, passaram a habitar outras unidades da Federação, também cresceu. A emigração no Estado aumentou significativamente até os anos 70, tendo como destinos preferenciais Santa Catarina e Paraná. Nas décadas seguintes o fluxo de gaúchos teve como destino predominante a região Centro-Oeste. Em 2010 o Censo identificou 1.066.500 gaúchos residindo em outros estados brasileiros."

Fonte: Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br

O Centro-Oeste recebeu um contingente significativo de migrantes do Rio Grande do Sul, sobretudo a partir da década de 1980, em função:

(A) do extrativismo da erva-mate;

(B) da proliferação dos tecnopolos;

(C) da expansão da fronteira agrícola;

(D) da polarização das metrópoles;

(E) do crescimento da silvicultura.

7. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO EM INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) A Carta Constitucional de 1988 define as terras indígenas como as "terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".

Nas disposições Constitucionais Transitórias, fixou-se em cinco anos o prazo para que todas as Terras Indígenas no país fossem demarcadas. Contudo, isso não ocorreu, e as Terras Indígenas no Brasil se encontram em diferentes situações jurídicas.

Adaptado de: Instituto Socioambiental. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: pib.socioambiental.org

A Constituição Federal de 1988 estabelece a natureza originária dos direitos dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam e reconhece a eles:

(A) o domínio provisório dessas terras e sua transmissão por doação ou herança aos descendentes;

(B) a utilização compartilhada dessas terras com os ocupantes não-índios e a autorização para arrendá-las;

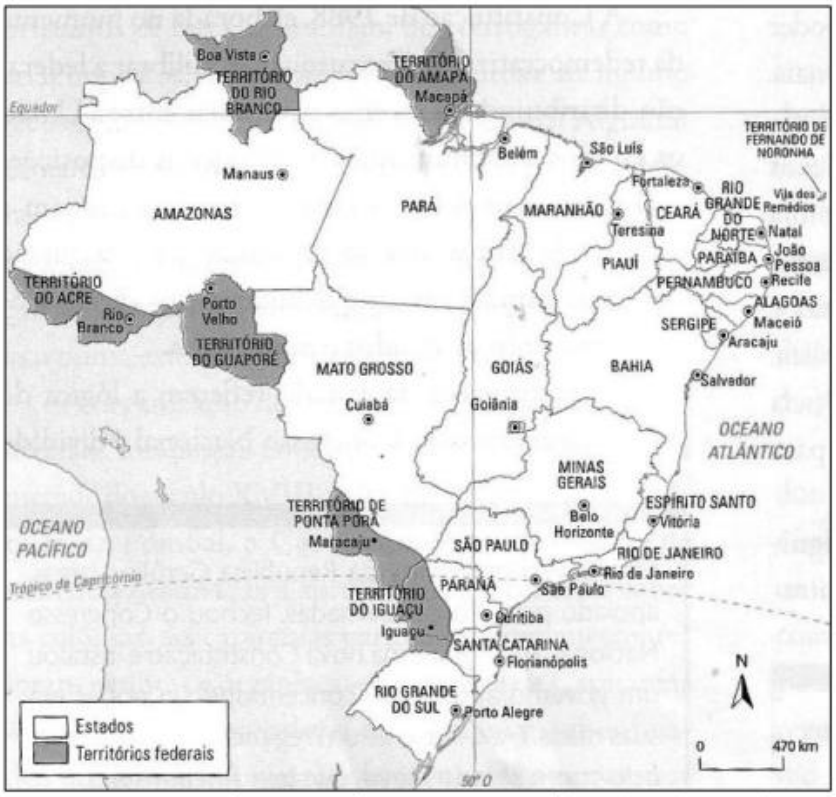
(C) a propriedade vitalícia dessas terras e o direito de vendê-las após a conclusão do processo de demarcação;

(D) a posse permanente dessas terras e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e das lagoas nelas existentes;

(E) o uso transitório dessas terras e seu aproveitamento até que sejam incorporadas ao patrimônio fundiário da União.

8. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) Com a Proclamação da República, em 1889, as antigas províncias brasileiras passaram à categoria de estados da federação. Ao longo do século XX, novas unidades político-administrativas foram criadas a partir do desmembramento de alguns estados, principalmente na Região Norte. Em 1903, o atual estado do Acre foi anexado ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis como Território Federal, uma unidade político-administrativa gerida diretamente pelo poder central.

Em 1943, foram criados outros cinco Territórios Federais, como mostra o mapa abaixo:



Fonte: MAGNOLI, Demétrio. Geografia para o ensino médio. São Paulo: Atual, 2008, p. 178.

A lógica que orientou a criação dos territórios federais, na década de 1940 foi:

(A) a expansão dos limites do território nacional e o controle efetivo de áreas conflagradas por movimentos de secessão;

(B) o aumento da presença do governo central em áreas pouco povoadas e consideradas vulneráveis às ameaças externas;

(C) o atendimento às demandas políticas das elites locais e o estímulo à formação das cadeias produtivas transfronteiriças;

(D) a consolidação da soberania nacional em áreas densamente povoadas e de litígio territorial com países vizinhos;

(E) o incentivo à descentralização do poder executivo e o aumento da autonomia administrativa das áreas remotas.

9. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) No século XVII, a criação de gado desempenhou um papel importante na ocupação do atual território brasileiro e de suporte às atividades econômicas. Além de fornecer carne seca aos núcleos litorâneos, a pecuária:

(A) expandiu os minifúndios com a criação intensiva para a exportação e favoreceu a interiorização da ocupação;

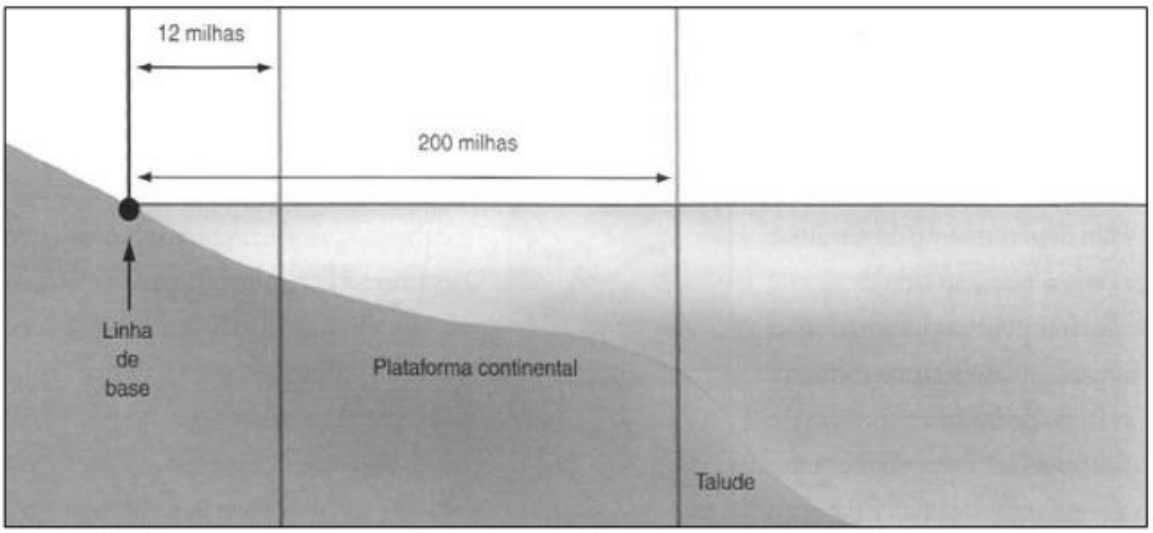
(B) consolidou a estrutura econômica das regiões litorâneas e dificultou a integração inter-regional;

(C) possibilitou a exploração do ouro e apoiou a expansão da fruticultura irrigada no semiárido nordestino;

(D) favoreceu a criação de vilas e cidades no interior e consolidou a expansão da cafeicultura no oeste paulista;

(E) forneceu animais de tração para os moinhos dos engenhos e se interiorizou ao longo do vale do rio São Francisco.

10. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) Observe a figura abaixo:



Adaptado de: MAGNOLI, Demétrio. Geografia para o ensino médio. São Paulo: Atual, 2008, p. 182.

Em 4 de janeiro de 1993, o Governo brasileiro sancionou a Lei nº 8.617, que tornou os limites marítimos brasileiros coincidentes com os limites preconizados pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) em 1982.

De acordo com a legislação brasileira, a faixa de 12 milhas marítimas e a faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, indicadas na figura acima, são denominadas, respectivamente:

(A) território nacional estendido e alto mar;

(B) zona franca internacional e região do pré-sal;

(C) território nacional contíguo e Amazônia azul;

(D) mar territorial e zona econômica exclusiva;

(E) mar de soberania nacional e zona abissal.

11. (ESA/EXÉRCITO BRASILEIRO/2016 - CFS) O item da pauta de exportação brasileira do Segundo Reinado que foi considerado um importante fator de modernização da economia foi:

a) O Tabaco.

b) O Café.

c) A Cana de Açúcar.

d) A Soja.

e) O Trigo

12. (UFMT/DETRAN/2015 – AGENTE FISCAL DE TRÂNSITO) O que se denominou "Marcha para o Oeste" foi

(A) a marcha da Coluna Prestes pelo interior de Mato Grosso, chamando o povo para a insurgência contra o Governo Federal.

(B) a viagem de Mário de Andrade por Mato Grosso com artistas estrangeiros durante sua fase modernista.

(C) a incursão das forças armadas brasileiras contra os insurgentes da Rusga visando a sua destruição.

(D) o projeto do governo Getúlio Vargas no período do Estado Novo, para integrar e desenvolver o interior do Brasil, inclusive o estado de Mato Grosso.

13. (CESPE/CBM-CE/2014 - SOLDADO) A respeito da formação e configuração atual do território brasileiro, julgue o próximo item.

A primeira ocupação do território brasileiro, no período inicial da colonização portuguesa, ocorreu em sua hinterlândia.

14. (CESGRANRIO/IBGE/2014 – AGENTE DE PESQUISAS E MAPEAMENTO) Os portugueses introduziram, pioneiramente, na África e no Brasil, um tipo de agricultura apoiada na monocultura açucareira em grandes propriedades, com mão de obra constituída predominantemente de escravos. Toda a produção era embarcada em navios com destino à Europa. Esse tipo de agricultura persiste até hoje no Brasil, com o protagonismo das exportações de produtos tropicais.

MAGNOLI, D. e ARAUJO, R. Geografia geral e do Brasil. São Paulo: Moderna, 1997, p. 239. Adaptado.

A atividade agrícola descrita acima é denominada agricultura de

a) jardinagem

b) regadio

c) subsistência

d) precisão

e) plantation

15. (CESGRANRIO/IBGE/2014 – AGENTE DE PESQUISAS E MAPEAMENTO) Território federal é uma denominação brasileira para uma categoria específica de divisão administrativa. Os territórios federais integram diretamente a União, sem pertencerem a qualquer estado, e podem surgir da divisão de um estado ou desmembramento, dele exigindo-se aprovação popular através de plebiscito e lei complementar.

Com a extinção dos territórios federais no Brasil pela Constituição Federal de 1988, a seguinte unidade político-administrativa tornou-se estado da federação:

a) Tocantins

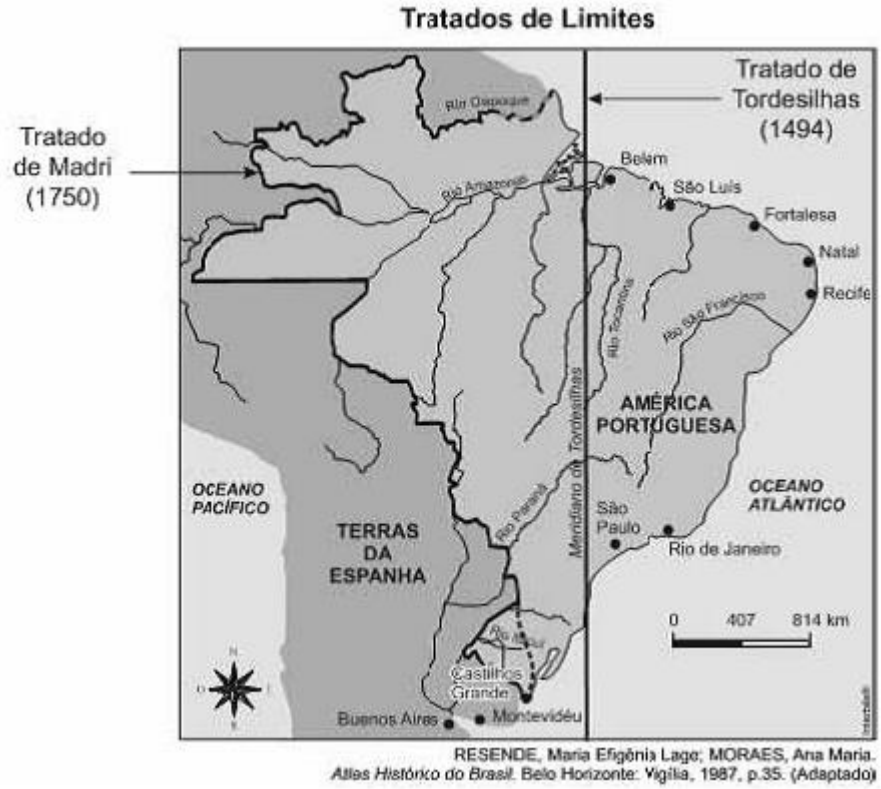
b) Amapá

c) Rondônia

d) Pará

e) Pernambuco

16. (FGV/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA MT/2013 – NÍVEL SUPERIOR) Analise o mapa a seguir.



RESENDE, Maria Efigênia Lage; MORAES, Ana Maria. *Atlas Histórico do Brasil*. Belo Horizonte: Vigília, 1987, p.35. (Adaptado)

Assinale a alternativa que descreve corretamente a consolidação do território português na América, de acordo com os tratados assinalados no mapa acima.

(A) A atual região de Mato Grosso passou a pertencer à Espanha a partir de 1750.

(B) A assinatura do Tratado de Madri foi fruto do avanço da colonização portuguesa para o Oeste.

(C) O Tratado de Madri foi pré-condição para o início das expedições dos bandeirantes paulistas.

(D) A expansão lusa em 1750 permitiu a exploração da nova região do Acre, até então da Bolívia.

(E) A Coroa portuguesa se beneficiou com o Tratado de 1750, obtendo a posse da Colônia de Sacramento.

17. (CESGRANRIO/IBGE/2013 – TÉCNICO EM INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) Na formação territorial brasileira, a atuação dos bandeirantes foi responsável pelo combate aos índios considerados agressores ou opositores à conquista do interior, e também pela captura de negros fugidos das grandes plantações e pela destruição de quilombos. Essa estratégia colonizadora correspondeu a uma verdadeira ação exterminadora dos indígenas no nordeste do País, sob o comando de vários bandeirantes paulistas, sobretudo no século XVII.

A estratégia colonizadora acima mencionada denomina-se

a) urbanismo rural

b) missões jesuíticas

c) desenvolvimentismo

d) sertanismo de contrato

e) Plano Nacional de Desenvolvimento

18. (ESA/EXÉRCITO BRASILEIRO/2012 - CFS) Sobre a divisão política atual do território brasileiro é correto afirmar que o Brasil é uma República Federativa formada por:

a) 27 estados, 3 territórios e o distrito federal.

b) 27 estados e o distrito federal.

c) 26 estados, 3 territórios e o distrito federal

d) 26 estados e o distrito federal.

e) 26 estados, 2 territórios e o distrito federal.

19. (CESPE/TJ RO/2012 – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR) O recrutamento de colonos para povoar regiões consideradas estratégicas por Portugal em sua colônia americana foi uma das medidas políticas empreendidas pelo Marquês de Pombal, por meio de uma política colonial claramente mercantilista, com o objetivo de fortalecer o poder da realeza e reduzir históricos privilégios concedidos a comerciantes ingleses.

Nesse sentido, a decisão tomada pelo governo de Lisboa de enviar colonos provenientes dos Açores e de Mazagão, no norte da África, para a região Norte brasileira foi motivada

A) pela expansão da produção aurífera ao longo do século XVIII, cujo andamento das atividades dependia do fornecimento de gêneros alimentícios produzidos nos mais diversos pontos da colônia.

B) pela necessidade de controle do território do Norte, que permitiria ao governo de Portugal ampliar seus domínios americanos e, a partir do mapeamento hidrográfico da Amazônia, controlar a estratégica bacia platina.

C) pelo fato de as correntes migratórias externas poderem substituir, com vantagem, as populações nativas que, nesse contexto, haviam sido dizimadas em larga medida.

D) pelo comprovado sucesso do emprego de mão de obra imigrante nas lavouras de café no centro-sul da colônia, fato que indicava bons prognósticos para sua utilização na Amazônia.

E) pela urgente necessidade de povoar o Norte do Brasil, uma vez que, em face da crescente pressão exercida por Inglaterra, França e Holanda, era preciso integrar a área às demais regiões da colônia.

20. (FGV/PC RJ/2011 – PILOTO POLICIAL) Segundo a Constituição Federal de 1988, uma das condições exigidas para que um distrito passe à condição de município é a de que:

a) a população do distrito seja ouvida por meio de um plebiscito.

b) a população do município vote a divisão em processo eleitoral.

c) a população urbana do distrito seja maior que a rural.

d) a população distrital seja igual ou maior que a do município.

e) a população do município concorde com a emancipação.

21. (CONSULPLAN/IBGE/2011 – AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO) É correto afirmar sobre a organização político-administrativa do Brasil que

A) os estados brasileiros têm a mesma autonomia dos estados americanos ou das províncias canadenses, que são exemplos mais amplos de estados federativos.

B) os vinte seis estados brasileiros, tanto quanto os municípios e o Distrito Federal exercem competências, e as atribuições legislativas, normativas, políticas, administrativas e financeiras que a Constituição Federal lhes confere, não ficando restritos a essas competências e atribuições, podendo ir muito mais além.

C) a Constituição reservou apenas à União, a maioria dos assuntos reguláveis por lei, o que configura uma federação altamente centralizada, em que restam aos estados e aos municípios quase somente “migalhas” das vastas competências normativas federais.

D) o Brasil pode ser considerado uma confederação, uma vez que sua organização político-administrativa está constituída dessa maneira.

E) os estados não podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para anexarem-se a outros ou formarem novos estados e territórios federais.

22. (FUNCAB/SESAU RO/2009 - MÉDICO) O período compreendido entre 1877 e 1910 ficou conhecido no Brasil como “Primeiro Ciclo da Borracha”. Extraía-se a borracha na Amazônia, principalmente entre o Brasil e a Bolívia, onde está situado o Estado de Rondônia. Um pouco depois, a produção brasileira entrou em decadência. Podemos apontar como causa principal do declínio desta produção:

a) o isolamento da Região Norte;

b) a falta de mão-de-obra para a exploração;

c) a produção de látex feita pelo Reino Unido;

d) a preocupação com a preservação ambiental;

e) a proposta de internacionalização da Amazônia.

23. (CESGRANRIO/TJ RO/2008 – TÉCNICO JUDICIÁRIO) O controle das fronteiras brasileiras, sobretudo norte e sul, sempre foi motivo de preocupação dos principais governos republicanos. Acordos de limites, por exemplo, foram vários na República Velha. Durante o Governo Vargas, porém, este controle foi efetivamente definido com a criação de Territórios Federais na região, entre eles:

a) Rio Branco, atual Estado de Roraima, e Guaporé, atual Estado de Rondônia.

b) Acre, atual Estado do Acre, e Guaporé, atual Estado de Rondônia.

c) Ponta Porã, atual Estado de Tocantins, e Rio Branco, atual Estado de Roraima.

d) Iguaçu, atual Estado de Roraima, e Acre, atual Estado do mesmo nome.

e) Amapá e Palmas, atualmente Estados do mesmo nome.

24. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA TO/2005) Grande parte dos estados brasileiros originou-se da primeira divisão territorial, que foram:

a) Sesmarias

b) Capitanias hereditárias

c) Governo geral

d) Províncias

25. (NCE/IBGE/2005 – AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO) O federalismo é uma forma de organização das instituições políticas que tem por objetivo fundamental acomodar as tensões decorrentes da necessidade de uma união das *diferenças* para formar uma *unidade*, ambas organizadas territorialmente. Uma característica da federação brasileira, que a diferencia das outras, é a:

(A) pouca autonomia dos Estados brasileiros, frente à União e aos Municípios;

(B) existência de dois níveis federativos, a União e os Estados;

(C) autonomia financeira dos Estados e Municípios;

(D) existência de três níveis federativos: União, Estados e Municípios;

(E) concentração de poder de decisão no nível da União para todas as questões do país.

26. (NCE/IBGE/2005 – AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO) A região do país que nas últimas décadas vem sofrendo as maiores mudanças na sua base produtiva e na expansão do povoamento no seu espaço é a Região:

(A) Norte;

(B) Sul;

(C) Nordeste;

(D) Sudeste;

(E) Centro-Oeste.

GABARITO



1. E
2. C
3. C
4. C
5. B
6. C
7. D
8. B
9. E
10. D
11. B
12. D
13. E
14. E
15. B
16. B
17. D
18. D
19. E
20. A
21. C
22. C
23. A
24. B
25. D
26. E

RESUMO

Formação territorial do Brasil
Antes mesmo de portugueses e espanhóis aportarem no continente americano, eles já deram início à configuração do espaço territorial das Américas, por meio do Tratado de Tordesilhas.
Capitanias hereditárias - Primeira divisão político-administrativa do território colonial, criadas em 1534. Distribuídas pela Coroa à um donatário. Unidades autônomas e desarticuladas entre si, descentralização político-administrativa. O Brasil colônia foi dividido em 15 capitanias distribuídas a 12 donatários.
Governo Geral – Sistema de administração centralizada do Brasil português. Tentativa da Coroa de reforçar sua presença e coordenar as capitanias. Instalado na recém-fundada cidade de Salvador (Bahia), primeira capital do Brasil. Em 1763, a capital foi transferida para o Rio de Janeiro, junto com a elevação do Brasil à categoria de Vice-Reinado.
Capitanias do Vice-Reino do Brasil - Com o insucesso das capitanias hereditárias, as capitanias hereditárias retornaram à propriedade do Reino de Portugal. Em 1759, foram organizadas as Capitanias da Coroa, governadas por funcionários nomeados pelo rei e divididas em gerais e subordinadas, sob a autoridade de capitães gerais responsáveis junto à Coroa.
Tratado de Madri (1750) - Princípio do *uti possidetis*, segundo o qual cada nação conservaria as terras que já tivessem efetivamente ocupado. A Espanha reconheceu o domínio de Portugal sobre as terras ocupadas pelos luso-brasileiros. Portugal entregaria à Espanha a Colônia do Santíssimo Sacramento e, em troca, receberia a região ocupada pelos Sete Povos das Missões, no atual Rio Grande do Sul. Não foi cumprido e acabou sendo anulado pelo **Tratado do Pardo (Tratado de El Pardo)**, em **1761**.
Tratado de Santo Ildefonso (1777) - Entre Portugal e Espanha. Seguiu em linhas gerais os limites estabelecidos pelo Tratado de Madri. Os portugueses perderam a Colônia do Santíssimo Sacramento e não foram compensados com a região dos Sete Povos das Missões.
Tratado de Badajós (1801) - Região dos Sete Povos das Missões foi definitivamente incorporada ao território do Rio Grande do Sul.
Províncias - Com a declaração da Independência do Brasil, em 1822, as antigas capitanias foram transformadas em províncias do Império do Brasil.
República e os Estados - Em 1889, com a Proclamação da República, as antigas províncias brasileiras passaram à categoria de estados, mantendo os mesmos limites. É introduzido o federalismo no Brasil. A federação brasileira nasceu com 20 estados mais o Distrito Federal.
Mudanças no século XX - Anexação do território do atual estado do **Acre** ao Brasil, em **1903**, por meio do **Tratado de Petrópolis**. Na década de 40, Getúlio Vargas criou seis territórios federais:

Guaporé, Amapá, Ponta Porã, Iguaçu, Rio Branco e Fernando de Noronha, com a justificativa de segurança das fronteiras. Em 1946, os territórios de Ponta Porã e Iguassú foram extintos. Até 1988, os territórios remanescentes se transformaram em estados e o território de Fernando de Noronha foi anexado à Pernambuco. O Brasil central conheceu dois desmembramentos de estados: a criação de Mato Grosso do Sul, em 1977, resultou da bipartição do Mato Grosso. Tocantins nasceu, em 1988, pela bipartição de Goiás.

Os ciclos econômicos

Os ciclos nos ajudam a entender como se deu a configuração do território brasileiro através do tempo. Cada ciclo representou uma produção de monocultura voltada para exportação, sem efetivamente desenvolver e integrar o território nacional.

Açúcar nos séculos XVI e XVII, no litoral nordestino, com utilização de mão-de-obra escrava. Os pecuaristas também ajudaram a povoar o interior.

Ouro no fim do século XVII e no início do século XVIII, em Minas Gerais.

Café nos séculos XIX e XX, no Sudeste. Transformou o sul do país e assegurou a sua decolagem econômica

Borracha no final do século XIX e início do século XX, na Amazônia.

A pecuária como atividade de apoio a produção de açúcar e extração de ouro avançou para o interior do Brasil sendo importante na sua ocupação territorial.

Até a primeira metade do século XX, o território brasileiro era desarticulado entre si, com "arquipélagos econômicos" que não se integravam economicamente.

Na década de 1960, a construção de Brasília e o avanço da fronteira agrícola são os principais responsáveis pela ocupação do Centro-Oeste.

A industrialização brasileira, sobretudo em São Paulo, no Sudeste, a partir da década de 1920 vai contribuir para a formação de um mercado interno nacional e a integração econômica do território.

Organização federativa e sistema de governo

O Estado brasileiro é uma federação que adota como sistema de governo o presidencialismo. A Constituição é a Lei Maior que rege a vida do Brasil. A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal. O Brasil está dividido em 26 estados, Distrito Federal e 5.570 municípios.

Fronteiras

Atuais fronteiras - O Brasil possui o quinto mais extenso território do mundo. Fronteira terrestre é mais extensa que a marítima. Na seção terrestre, o país faz fronteira com a Bolívia, Peru, Venezuela, Colômbia, Guiana, Paraguai, Argentina, Uruguai, Suriname e Guiana Francesa (departamento ultramarino da França).

A Constituição de 1988 considera **faixa de fronteira** uma largura de 150 km ao longo das fronteiras terrestres. Fundamental para a defesa do território nacional, essa área está sujeita a regras especiais de uso do solo, de propriedade e de exploração econômica.

Fronteiras marítimas

Fronteira	Definição	Limites a partir da orla
Mar territorial	Soberania absoluta, econômica e militar	12 milhas (22,2 Km)
Zona contígua	Controle administrativo	24 milhas (44,4 Km)
Zona econômica exclusiva	Direitos econômicos absolutos sobre a água, o assoalho e o subsolo	200 milhas (370 Km)
Plataforma continental (solicitação de extensão da ZEE)	Direitos sobre o assoalho marítimo e seus seres e o subsolo	Até 350 milhas (648 Km)

Divisão regional - Reúne estados com traços físicos, humanos, econômicos e sociais comuns. Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.